

apartes

NÚMERO 6 - MARÇO-ABRIL/2014

TANIA MUJICA,
estátua viva, batalha
para mostrar arte nas ruas

Distribuição gratuita

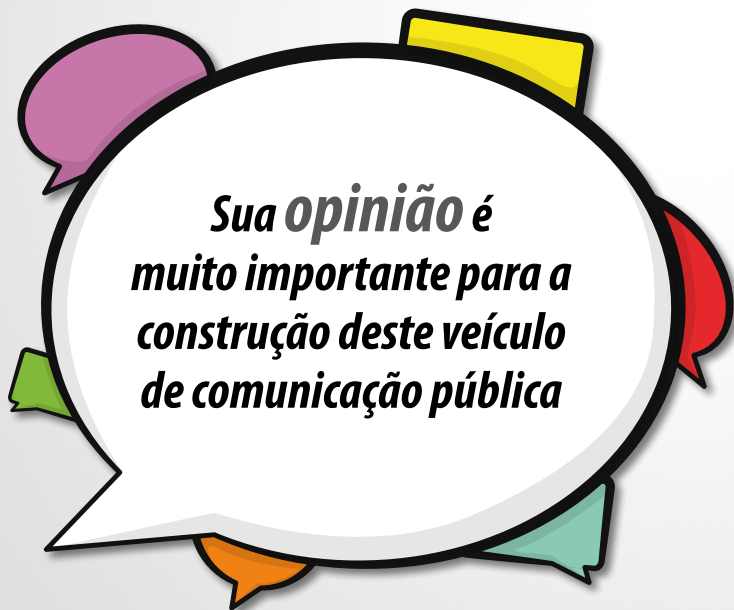
A luta feminina

**Mais de seis décadas após
a eleição da 1ª vereadora
paulistana, mulheres ainda
buscam seu espaço na
cidade e na política**



Ecoturismo na capital
Zona Sul se estrutura para
mostrar seus tesouros naturais

Incêndio no Joelma
Há 40 anos, CMSP socorreu
feridos na tragédia



Sua opinião é muito importante para a construção deste veículo de comunicação pública

Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes



Mesa Diretora

Presidente: José Américo (PT)
1º Vice-Presidente: Marta Costa (PSD)
2º Vice-Presidente: George Hato (PMDB)
1º Secretário: Claudinho de Souza (PSDB)
2º Secretário: Conte Lopes (PTB)
1º Suplente: Gilson Barreto (PSDB)
2º Suplente: Dalton Silvano (PV)
Corregedora: Sandra Tadeu (Democratas)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Alfreidinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atílio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Rubens Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Camilo (PSD) - suplente em exercício, Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Donato (PT), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), Floriano Pesaro (PSDB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Goulart (PSD), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB), José Américo (PT), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PCdoB) - licenciado, Noemi Nonato (PROS), Orlando Silva (PCdoB) - suplente em exercício, Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT)

Expediente

Editor executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Correa
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho, Rodrigo Garcia
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência, Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez
Diagramação: Elton Jhones Pereira
Editor de infografia: Rogério Alves
Estagiários: Bruna Cavalini, Hugo Ramallo, Pedro Santana, Raphaela de Oliveira, Tatiana Lamônica
Equipe executiva e de expedição: Leandro Uliam, Livia Tamashiro
Unidade de apoio: Procuradoria, Secretaria de Documentação - SGP.3, Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: fotos de Mozart Gomes e divulgação SVMA (foto menor)

Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacaré, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista, São Paulo - SP
CEP 01319-900 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares
Fechamento desta edição: 28/3/2014

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site www.camara.sp.gov.br.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador José Américo
Presidente da CMSP



Lugar de mulher é no Plenário. No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, a **Apartes** preparou uma série de reportagens especiais. Uma delas, cujo título abre este editorial, fala sobre a participação feminina no Legislativo, especialmente na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). A boa notícia é que as mulheres vêm aumentando o número de cadeiras no Parlamento paulistano. A ressalva reside no fato de que ainda há um longo caminho para se percorrer: os homens são a grande maioria (cerca de 90%) e em outras casas legislativas a situação é parecida. Isso faz com que o Brasil tenha uma média de participação de mulheres no Parlamento bem inferior ao restante do mundo.

Além da matéria de caráter analítico, a revista traz uma homenagem a Elisa Kauffman Abramovich, a pioneira entre as escolhidas pelo voto popular para a Câmara paulistana. Eleita em 1947, ela foi impedida de tomar posse por ser comunista, uma decisão arbitrária remediada no ano passado pela CMSP, ao devolver, simbolicamente, o mandato dela e de outros parlamentares cassados injustamente em diversos períodos históricos. Guerreira, Elisa não desanimou e continuou sua trajetória na política e na educação. Vale conferir essa belíssima história.

Ainda sobre direitos femininos, uma matéria sobre dois projetos recentemente aprovados nesta Casa. Um deles obriga estabelecimentos comerciais paulistanos como shoppings, centros comerciais e hipermercados a reservar vagas especiais para gestantes. O outro garante o teste para detecção do vírus HIV, causador da aids, na rede pública municipal de saúde. Se o diagnóstico for positivo, o Poder Público deverá fornecer os devidos cuidados à mãe e ao bebê.

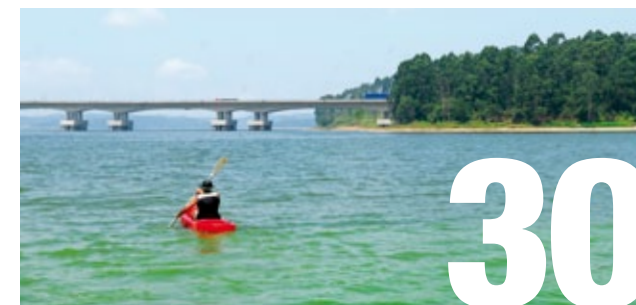
Para resumir e ilustrar esta edição quase toda dedicada às mulheres, escolhemos uma capa com uma das muitas guerreiras paulistanas, Tania Mujica, que diariamente sai às ruas em busca de espaço para exibir suas habilidades de estátua viva e embelezar a metrópole com arte.

A todas as mulheres e, especialmente, às atuais vereadoras Edir Sales, Juliana Cardoso, Marta Costa, Noemi Nonato, Patrícia Bezerra e Sandra Tadeu, a homenagem e reverência desta Câmara Municipal. Que o espaço conquistado na política seja cada vez maior, num período de tempo cada vez menor. Em um País cujo chefe de Estado maior é uma mulher, não se pode aceitar uma participação tão baixa nas Casas Legislativas. Lugar de mulher é nos altos cargos das empresas particulares. Lugar de mulher é no comando do setor público e da política nacional. Lugar de mulher é, sim, no Plenário.

Uma ótima leitura a todos!



Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site www.camara.sp.gov.br



SUMÁRIO

- 3 Palavra do Presidente**
- 6 Notas**
- 8 Terceira idade**
Novo padrão de acolhida
- 10 Passeio público**
Cobrança justa
- 14 Especial mulher**
Lugar de mulher é no Plenário
- 18 Especial mulher**
Ela não teve medo da vida
- 24 Especial mulher**
Prioridade às gestantes
- 26 História**
Há 40 anos, Câmara foi hospital para feridos no Joelma
- 30 Ecoturismo**
Selva de perto
- 35 CPI do Transporte**
Planilhas mais transparentes
- 38 Cultura**
Onde o povo está
- 42 Comércio**
Próximos da legalidade

Escola do Parlamento abre curso de pós-graduação

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) iniciou em março seu primeiro curso de pós-graduação. A especialização lato sensu Legislativo e Democracia no Brasil é voltada a interessados no Poder Legislativo e tem duração de três semestres (360 horas).

As aulas ocorrem às terças e quintas-feiras. O curso, gratuito, terá disciplinas como teoria política, gestão e administração pública no Brasil e poder local, terceiro setor e participação popular.

Cada turma tem 40 alunos, sendo 24 vagas reservadas para servidores públicos. Os candidatos devem passar por processo seletivo. Mais informações pelo tel. (11) 3396-4020 ou pelo portal www.camara.sp.gov.br, seção Escola do Parlamento.

Novas CPIs

Os vereadores paulistanos criaram duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Uma investigará irregularidades no processo de concessão de alvarás para estabelecimentos do Município e será composta por Eduardo Tuma (PSDB), presidente; Alfredinho (PT), vice-presidente; Ricardo Nunes (PMDB), relator; Abou Anni (PV); Adilson Amadeu (PTB); Coronel Camilo (PSD) e Toninho Paiva (PR).

A outra vai investigar áreas contaminadas da cidade e seus membros ainda serão indicados. Cada CPI dura quatro meses e pode ser prorrogada por 120 dias.

Cotas raciais no serviço público municipal

A partir de dezembro passado, a Lei 15.939/2013 determina que sejam respeitadas cotas raciais para o ingresso de negros no serviço público municipal, em cargos efetivos e comissionados.

De acordo com a legislação, sancionada pelo Executivo, todos os órgãos da Administração Pública direta e indireta ficam obrigados a disponibilizar em seus quadros de cargos em comissão e efetivos o limite mínimo de 20% das vagas para negros, negras ou afrodescendentes. As regras valem também para vagas de estágio profissional.

No caso de concurso público, se não houver preenchimento do percentual mínimo pelo processo seletivo as vagas remanescentes serão distribuídas aos demais candidatos.

O projeto que originou a lei é dos vereadores do Partido dos Trabalhadores (PT) Reis, Alessandro Guedes, Alfredinho, Arselino Tatto, Jair Tatto, José Américo, Juliana Cardoso, Nabil Bonduki, Paulo Fiorilo, Senival Moura e Vavá.



Reforma pretende dar mais segurança ao público

Nova fachada do Palácio Anchieta

A CMSP finalizou a instalação de novos vidros, blindados, em sua fachada. A reforma tem o objetivo de proporcionar mais segurança para o público da Casa, cerca de quatro mil pessoas por dia.

A decisão foi tomada por sugestão da assessoria militar, especialmente devido a ataque ocorrido em julho do ano passado, quando a Câmara foi alvo de quatro tiros.

Estudantes terão assistência psicológica

Alunos do ensino fundamental matriculados na rede pública de ensino paulistana terão assistência psicológica gratuita. O Serviço de Assistência Psicológica ao Estudante, previsto na Lei 15.960/2014 (sancionada pelo prefeito Fernando Haddad), deve ser implementado até o início de abril.

A medida tem caráter preventivo e visa ao tratamento de distúrbios psicológicos que possam comprometer o desempenho escolar, especialmente sintomas e ações que apontem tendência à violência.

O acompanhamento será realizado pelos psicólogos do Município, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal da Educação, que atuará em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social. A assistência será iniciada por educadores, professores e conselheiros tutelares, que encaminharão os alunos ao local especificado pelo Executivo.

O projeto é do vereador Masataka Ota (PROS). Segundo ele, a iniciativa “é um grande avanço na prevenção da violência nas escolas e nas ruas, um passo importante para melhorar a qualidade da escola, pois uma criança saudável tem condições de se desenvolver mais”.



Eugênio Araújo, José Américo, Adauto Soares, Carlos Maglio e Eduardo Ribeiro compuseram a mesa

Web Rádio Câmara comemora Dia Mundial do Rádio

No Dia Mundial do Rádio (13 de fevereiro), a Web Rádio Câmara São Paulo realizou um programa especial, ao vivo e comandado pelo apresentador Carlos Maglio, que teve como convidados profissionais como Eli Corrêa, Márcio Bernardes, Colibri, e Agostinho Teixeira.

Os que utilizaram o microfone contaram suas trajetórias e experiências no rádio. Eli Corrêa, dono do famoso bordão “Oiiiiii, genteeeee” pediu que o padre gaúcho Landell de Moura seja reconhecido como o inventor oficial do rádio, no lugar do

italiano Guglielmo Marconi. O radialista falecido Hélio Ribeiro recebeu uma homenagem.

A mesa foi composta pelo presidente da CMSP, José Américo (PT); por Eugênio Araújo, jornalista da assessoria de comunicação da Casa; Adauto Soares, coordenador de comunicação e informação no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Eduardo Ribeiro, do informativo *Jornalistas&Cia*, e Carlos Maglio.

O programa foi gravado e pode ser acessado na página da Web Rádio no portal www.camara.sp.gov.br.

Sem música alta no transporte coletivo paulistano

Desde o fim do ano, a Lei 15.937/2013, de autoria da vereadora Sandra Tadeu (DEM), proíbe o uso de tocadores mp3, celulares e outros aparelhos sonoros em veículos de transporte coletivo da ca-

pital, como ônibus, micro-ônibus, lotações, trens e metrô. O uso só é permitido com fones de ouvido.

Quem desrespeitar a lei será convidado a desligar o aparelho. Se não cumprir, será solicitado

que se retire do veículo. Em caso de recusa, a Polícia Militar deve ser acionada. A nova legislação, que aguarda regulamentação do Executivo, substitui a Lei 6.681, de 1965, que estava defasada.

Novo padrão de acolhida

Lei autoriza a criação de repúblicas municipais para idosos independentes

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

CONCEITO
Segundo a Organização Mundial da Saúde, idosos devem ser vistos como participantes ativos da sociedade

A terceira idade é um dos grupos mais excluídos e desprotegidos do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Essa faixa etária segue em constante crescimento: somente o Município de São Paulo tinha 1,338 milhão de idosos em 2010, ante 972 mil em 2000. Até mesmo a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que se mudem os conceitos em relação ao grupo. Segundo a entidade, é necessário perceber os idosos “como participantes ativos de uma sociedade com integração de idade, contribuintes ativos e beneficiários do desenvolvimento”.

Previstas pela Lei 15.958/2014, da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), as Repúblicas para a Terceira Idade procuram se enquadrar nessa concepção de envelhecimento ativo. As habitações coletivas serão destinadas aos maiores de 60 anos com baixa renda (sem condições mínimas de subsistência) ou que recebam, em média, um salário mínimo e realizem as atividades da vida diária de modo independente. Os idosos ajudarão com as obrigações da república, que será dirigida por um assistente social da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads).

Para um envelhecimento ativo

Núcleos de Convivência do Idoso*

Atividades de saúde, lazer, cultura e educação.
(11) 3291-9666
smads@prefeitura.sp.gov.br

Centro de Referência da Cidadania do Idoso*

Para defesa e difusão dos direitos da pessoa idosa. Oferece atendimento individual e coletivo.
(11) 3291-9666
smads@prefeitura.sp.gov.br

Programa Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade de São Paulo

Oferece aulas regulares, atividades físicas e culturais.
(11) 3091-9183
usp3idad@usp.br

Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade Federal de São Paulo

Cursos para pessoas a partir dos 50 anos.
(11) 5082-3588
uati@unifesp.br

**Serviços oferecidos pela Prefeitura de São Paulo e mantidos por meio de convênios com entidades*

Transporte gratuito a partir dos 60 anos

Desde dezembro de 2013, todas as pessoas com 60 anos ou mais estão dispensadas de pagar tarifa no sistema de transporte coletivo do Município de São Paulo, que inclui os ônibus e os micro-ônibus.


A decisão está amparada pela Lei 15.912/2013, proposta pelos vereadores Calvo (PMDB), Coronel Camilo (PSD), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Edir Sales (PSD), Goulart (PSD), José Police Neto (PSD), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Marta Costa (PSD), Noemi Nonato (PROS), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR) e Vavá (PT), além do ex-vereador Alessandro Guedes (PT). A norma está em vigor desde 14 de março de 2014, quando o Executivo publicou sua regulamentação.

Os usuários a partir de 65 anos já eram isentos, bem como as mulheres de 60 anos ou mais. Os parlamentares justificaram que faltava “unificar o tratamento jurídico da questão”, isentando também os homens com idade entre 60 e 65 anos. Segundo a SPTrans, 39 mil homens entre 60 e 64 anos são usuários do sistema e serão beneficiados com a isenção tarifária.

autonomia, além de oferecer atendimento psicossocial e encaminhamento a outros serviços, programas e benefícios. Entre os abrigos públicos paulistanos, os que mais se assemelham às Repúblicas para a Terceira Idade são os Centros de Acolhida Especial para Idosos, que também dão atendimento integral a pessoas independentes, mas têm caráter provisório.

“A instituição não pode ser mais um depósito, onde o idoso fica sem contato com a comunidade e a família, mas sim um lugar de busca da cidadania, autonomia e enve-

lhecimento ativo”, opina Fernanda Motta, consultora técnica de Serviço Social da CMSP. Até abril, a regulamentação da lei pela Prefeitura trará mais detalhes sobre o funcionamento dessas repúblicas.

O projeto da Lei 15.958 foi assinado pelos vereadores Calvo (PMDB), Dalton Silvano (PV), Edir Sales (PSD), George Hato (PMDB), Goulart (PSD), Laércio Benko (PHS), Mario Covas Neto (PSDB), Nelo Rodolfo (PMDB), Noemi Nonato (PROS), Ricardo Nunes (PMDB) e Toninho Paiva (PR), além do ex-vereador Alessandro Guedes (PT). 

Cobrança justa

Vereadores aprovam lei que torna proporcional a multa para calçadas irregulares



Ricardo Moreno/CMSP

apenas sobre a área irregular da calçada, e não mais sobre a totalidade do espaço, como antes. Assim, uma calçada que estiver avariada em até um metro terá uma multa de R\$ 300, mesmo que seu tamanho total seja de 10 metros. Pela forma antiga, a multa, no caso, seria de R\$ 3 mil. “A mudança torna a lei mais justa”, garante Frange.

Segundo o vereador, o promotor de Habitação e Urbanismo Maurício Antonio Ribeiro Lopes afirmou, em uma audiência pública na CMSP sobre a questão das calçadas, que o método de calcular as multas estava equivocado e que o Ministério Público poderia questioná-lo na Justiça. “Resolvi, então, apresentar o projeto para que as penalidades tivessem uma graduação, como são os pontos na carteira de habilitação”, explicou Frange. “A mudança deixou as multas mais simples, evitou muita burocracia”, completou.



PROPORCIONAL
Vereador Frange garante que mudança tornou justo o cálculo de multa

ANISTIA

Em maio do ano passado, os vereadores paulistanos já tinham aprovado a Lei 15.733/2013, encaminhada pelo Poder Executivo, determinando que a aplicação das multas não fosse mais imediata. Dessa forma, o proprietário passou a ter 60 dias para regularizar a situação da calçada antes de ser autuado. Além disso, foram anistiadas as

multas aplicadas de setembro de 2009 a maio de 2013.

Na justificativa para a criação da lei, o Executivo declarou que a mudança trará “mecanismos efetivamente direcionados aos fins para os quais a lei foi criada, que é o de manter a limpeza e o fechamento dos terrenos e imóveis, bem como o de preservar os passeios públicos, em benefício de toda a cidade”.

Com a regulamentação da mudança, desde junho as infrações constatadas em passeios públicos e em imóveis passaram a ser previamente notificadas e a ter prazo de 60 dias para regularização. Se os serviços forem fei-

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

“É sempre lindo andar na cidade de São Paulo”, canta o grupo Premeditando o Breque. Sim. É lindo. Mas caminhar por suas calçadas pode ser também muito perigoso por causa de vários obstáculos, como degraus, buracos, lixo, árvores e tantos outros. O Município de São Paulo tem 35 mil km de calçadas, e grande parte ainda não

segue as normas da Prefeitura. Por ser uma questão que interfere na vida de todos os paulistanos, as calçadas (também chamadas de passeios públicos) são temas recorrentes de debates e projetos da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

Em 23 de janeiro, o prefeito Fernando Haddad (PT) sancionou uma mudança na Lei das

RISCOS

Município tem 35 mil km de calçadas e em grande parte há problemas

Calçadas, que está em vigor desde 2011. Com a alteração, proposta no Projeto de Lei 207/2013 (que originou a Lei 15.966/2014), do vereador Paulo Frange (PTB), as multas por má conservação serão cobradas

PASSEIO PÚBLICO

tos durante esse período, os proprietários não precisarão arcar com o valor das multas, contanto que comuniquem à Subprefeitura responsável pela região sobre os devidos reparos ou que os servidores públicos identifiquem a execução do serviço.

Além das calçadas cuja responsabilidade é de proprietários particulares, há também as mantidas pela Prefeitura, como as dos prédios públicos municipais. Mas uma proposta em tra-

mitação na Câmara pode mudar essa situação. O vereador Andrea Matarazzo (PSDB), presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da CMSP, apresentou o Projeto de Lei 79/2013, que torna todas as calçadas responsabilidade da Prefeitura. “A calçada é a via pública do pedestre, da mesma forma que a rua é a via pública dos automóveis, e por isso ela tem de ser responsabilidade do Poder Público”, afirmou Matarazzo

Multas para as principais irregularidades

» Calçada inexistente

R\$ 300 por metro linear de fachada do imóvel

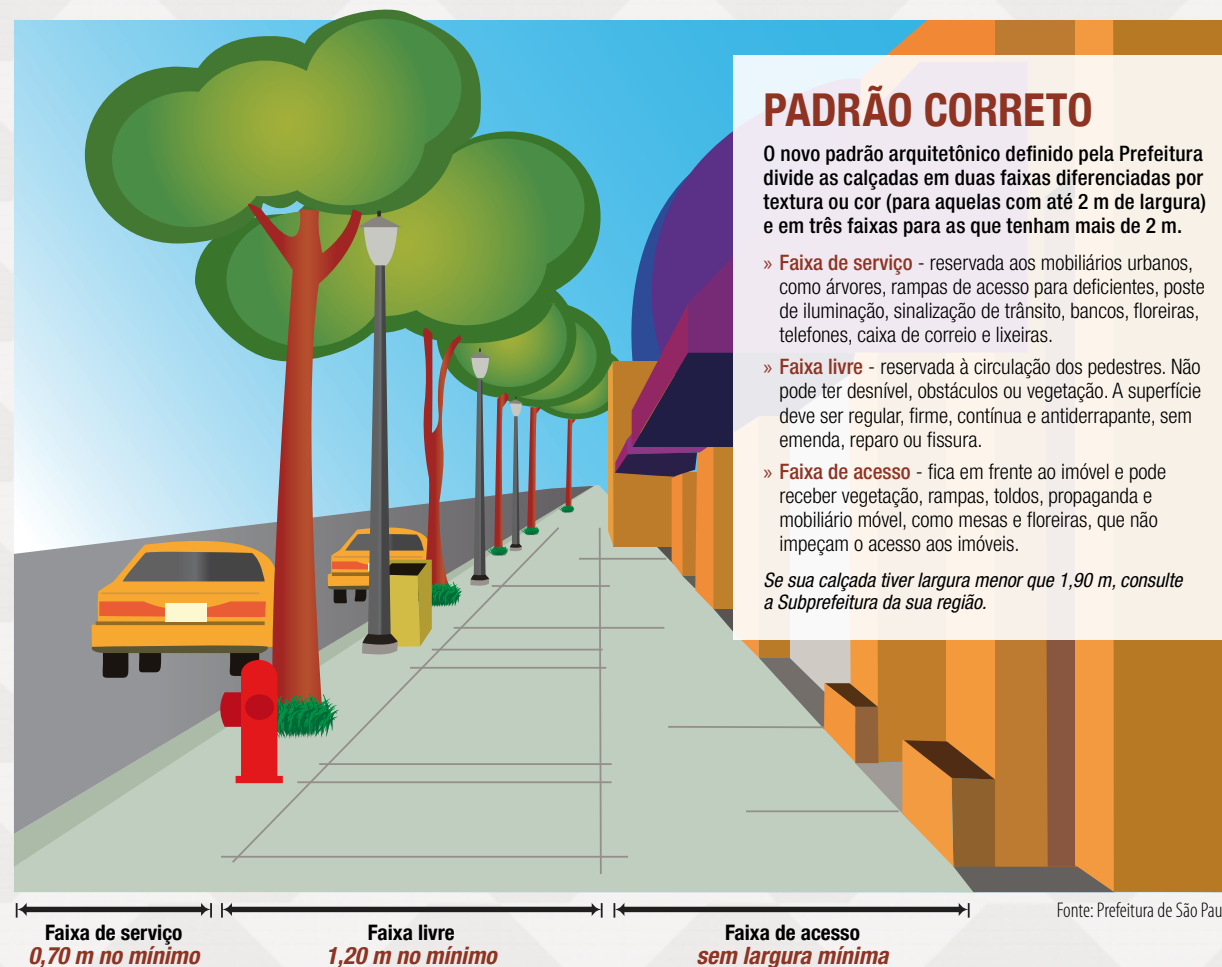
» Má conservação

R\$ 300 por metro linear do trecho em mau estado de manutenção e conservação

» Mobiliário na calçada bloqueando, obstruindo ou dificultando o acesso de veículos, o acesso e a circulação de pedestres ou a visibilidade de motoristas e pedestres

R\$ 300 por equipamento

Fonte: Lei 15.442/2011, alterada pela Lei 15.966/2014



Um símbolo de São Paulo

Com apenas três tipos de peças quadradas, nas cores branco e preto, cria-se o famoso mapa estilizado do Estado de São Paulo, que pode ser visto em várias calçadas da cidade e são um dos ícones da capital paulista.

Essa obra de arte das ruas existe desde 1966 e foi uma criação da artista plástica Mirthes Bernardes, que na época usava o nome de solteira Mirthes dos Santos Pinto. Naquele ano, o prefeito Faria Lima organizou um concurso para escolher um modelo de calçada para a cidade. Amostras de quatro projetos pré-selecionados foram colocadas em um trecho da Rua da Consolação e, por voto popular, a ideia de Mirthes foi a vencedora.

A proposta fez tanto sucesso que o mapa estilizado, além das calçadas, é utilizado também em sandálias, biquínis, sacolas e outros objetos. O designer Chico Homem de Melo, no livro *Signofobia* (Editora Rosari), explicou a razão do



Arane Azevedo/Flickr/Creative Commons

FAMA
Projeto da artista plástica Mirthes Bernardes foi aprovado por voto popular

sucesso da ideia de Mirthes: “Seu maior trunfo é a simplicidade compositiva, que se impõe pela clareza e legibilidade. Piso é informação subliminar. Esse desenho superou essa condição e foi assumido como um ícone paulista”.

Apesar da vitória e do sucesso, Mirthes nunca ganhou dinheiro com o projeto. Como explicou ao site *Perfis Paulistanos* (<http://perfispaulistanos.wordpress.com>), ela chegou a contratar advogado para ir atrás dos direitos autorais, mas desistiu porque o processo seria muito caro.

em uma audiência pública da Comissão em 25 de novembro do ano passado. Segundo ele, somente o Poder Público tem condições de manter uma padronização necessária para segurança e acessibilidade.

ESPECIFICAÇÕES

Muitos moradores de São Paulo têm dúvidas sobre como reformar as calçadas para evitar multas. Basicamente, a largura mínima é 1,20 m para a passagem de pedestre. Ou seja, pode haver uma lixeira na calçada, por exemplo, mas o proprietário do imóvel tem de garantir

que haja, no mínimo, 1,20 m livre para circulação de pessoas. A superfície deve ser regular, firme, contínua e antiderrapante sob qualquer condição, sem qualquer emenda, reparo ou fissura. O material deve ser concreto armado, concreto estampado, placa de concreto pré-moldada ou ladrilho hidráulico.

Para tirar dúvidas sobre a Lei das Calçadas, a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras pôs à disposição três meios: o telefone 156, conhecido como tiradúvidas; o Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC), em

<http://www.capital.sp.gov.br/portal> e o atendimento presencial nas Praças de Atendimento de todas as Subprefeituras.

SAIBA MAIS

Livros

O Mundo das Calçadas – Por uma Política Democrática de Espaços Públicos. Eduardo Yázigli. Imprensa Oficial. 2000.

Morte e Vida de Grandes Cidades. Janes Jacobs. Martins Francisco. 2001.

Site

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas>

Lugar de mulher é no Plenário

Apesar de avanços, participação feminina no Legislativo brasileiro é bem abaixo da média internacional

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Criada em 1560, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) esperou quatro séculos para testemunhar a chegada de uma mulher, com a eleição de Elisa Kauffmann Abramovich (veja matéria na pág. 18), em 1947. Hoje, os homens ainda ocupam cerca de 90% das cadeiras do Legislativo paulistano, mostrando que a luta das mulheres pela igualdade na participação política ainda está longe de terminar.

É uma batalha que começa no século 19, com o aparecimento das primeiras feministas brasileiras, inspiradas em movimentos europeus e norte-americanos. A Constituição Republicana de 1891, na mesma linha de outras da América Latina, nem se dava ao trabalho de proibir o voto feminino, já que apenas os homens eram considerados cidadãos. Na época, algumas militantes

tentaram usar essa brecha para obter o direito ao voto na Justiça ou pressionar pela criação de novas leis, mas a resistência dos homens que dominavam a política era feroz.

Mulheres nunca poderão votar, porque possuem “cérebros infantis”, sofrendo de “inferioridade mental” e “retardo evolutivo” em relação aos homens – era o que argumentava o deputado Tito Olívio (lembrado por Augusto C. Buonicore em estudo incluído no livro *Voto Feminino & Feminismo*). A maioria dos inimigos do voto feminino, contudo, preferia argumentos mais condescendentes, dizendo que a mulher deveria continuar a exercer o seu nobre papel de “rainha do lar”, evitando se meter em algo tão prosaico como a política.

A primeira vitória ocorreu em 1928, quando o governo do Rio



PIONEIRA
Theodosina Ribeiro fez história ao se eleger a primeira vereadora negra de São Paulo, em 1968

Grande do Norte aprovou o direito ao voto feminino, abrindo passagem para a eleição da primeira vereadora e da primeira prefeita (veja mais na pág. 23). Para as outras mulheres do País, a conquista só chegou em 1932, com a promulgação do novo Código Eleitoral.

CLUBES DO BOLINHA

Na Câmara Municipal de São Paulo, os efeitos dessa conquista só iriam aparecer 20 anos depois. A primeira eleição para vereadores com participação feminina, em 1936, escolheu apenas homens. No ano seguinte, veio a ditadura do Estado Novo, que fechou os Parlamentos. O Clube do Bolinha

parlamentar só seria desfeito com a vitória de Elisa, em 1947 – que, mesmo assim, foi cassada antes de tomar posse. Mulher no Plenário, mesmo, é algo que o Legislativo paulistano só foi conhecer em 1952, com Anna Lamberg Zeglio, primeira mulher a ser empossada vereadora na cidade. Na mesma legislatura (que durou até 1955), a suplente Dulce Sales Cunha Braga assumiu no lugar de Estanislau Rubens do Amaral, iniciando, assim, uma longa carreira política, que a levaria até o Senado.

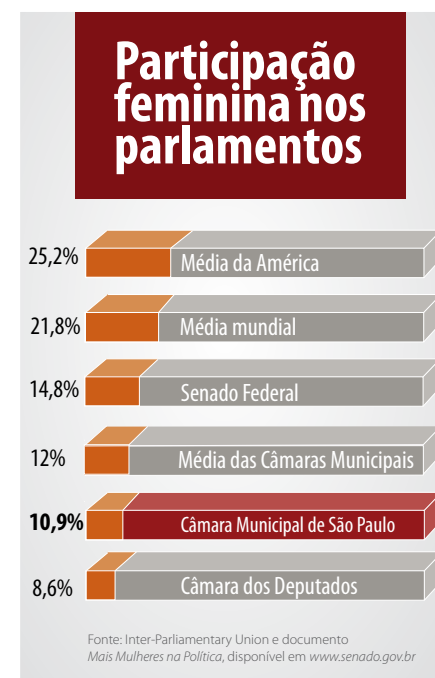
Nos anos seguintes, as mulheres, ainda que em minoria, estiveram presentes em quase todas

as legislaturas, menos entre 1973 e 1977, quando os paulistanos voltaram a reeditar o Clube do Bolinha parlamentar, elegendo apenas homens. Em 1961, Ruth Guimarães tornou-se a primeira mulher a ocupar cargo na Mesa Diretora, como 3ª secretária. Outro marco da época foi a eleição da primeira vereadora negra, Theodosina Rosário Ribeiro, em 1968. Ela ainda seria eleita a primeira deputada estadual negra por São Paulo, em 1970.

Atualmente, a Mesa Diretora da Câmara abriga duas mulheres: a 1ª vice-presidente Marta Costa (PSD) e a corregedora-geral Sandra Tadeu (DEM). As outras vereadoras são Edir Sales (PSD), Juliana Cardoso (PT), Noemi Nonato (PROS) e Patrícia Bezerra (PSDB).

LEI QUE NÃO PEGA

“O déficit de mulheres nos cargos de poder e de representação política é fruto de um sistema patriarcal caracterizado pelo monopólio do poder político, militar e econômico nas mãos dos homens, assegurado mediante o controle físico e ideológico exercido sobre o corpo e a vida das mulheres na esfera privada e pública”, afirma a advogada Isadora Brandão Araújo da Silva, da Marcha Mundial das Mulheres, em artigo publicado no relatório *Direitos Humanos no Brasil 2012*, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Para Isadora, os partidos políticos tendem a reproduzir os mesmos limites para a participação feminina. “São atribuídas às mulheres tarefas subvalorizadas, como as de secretariado e logística, ao passo em que são alijadas das instâncias de formulação política, deliberação e articulação.”



ELAS NA CÂMARA

Conheça todas as vereadoras da CMSP



Aldaíza Sposati
1993 a 2004



Ana Maria Quadros
1995 a 2000



Ana Martins
1993 a 2003



Anna Lamberg Zeglio
1952 a 1969



Bilu Villela
2006



Bispa Lenice Lemos
2005 a 2008



Claudete Alves
2002 a 2008



Dulce Sales Cunha Braga
1955 a 1967



Edir Sales
2009 até hoje



Elisa Kauffmann Abramovich
1947



Flávia Pereira
2002 a 2004



Havanir Nimitz
2001 a 2003



Heida Li
2009 a 2010



Helena Iraci Junqueira
1956 a 1963



Ida Maria
1983 a 1989



Irede Cardoso
1983 a 1992



Juliana Cardoso
2009 até hoje



Lídia Correa
1989 a 2000



Lucila Pizani Gonçalves
2001 a 2004



Luiza Erundina
1983 a 1987



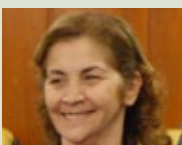
Maeli Vergniano
1997 a 1999



Mara Gabrilli
2007 a 2011



Maria Helena
1997 a 2000



Marta Costa
2005 até hoje



Matilde de Carvalho
1956 a 1959



Myryam Athie
1998 a 2008



Nodeci Nogueira
1977 a 1979



Noemi Nonato
2005 até hoje



Patrícia Bezerra
2013 até hoje



Ruth Guimarães
1960 a 1963



Sandra Tadeu
2009 até hoje



Soninha Francine
2005 a 2008



Teresinha Martins
1984 a 1992



Tereza Lajolo
1983 a 2000



Theodosina Rosário Ribeiro
1969 a 1971



Tita Dias
1989 a 2004



Vitória Nogueira
2006



Zélia Lopes
2003



Zulaiê Cobra Ribeiro
1993 a 1995

Eventos homenageiam mulheres

A CMSP realiza todo ano dois eventos que celebram as mulheres. Um deles é a sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Na ocasião, os vereadores homenageiam mulheres que se destacaram em suas áreas de atuação, além de servidoras da Casa.

O outro evento é a entrega do prêmio Heleieth Saffioti. Criado pela Resolução nº 2, de 2012, da vereadora Juliana Cardoso (PT), a honraria é entregue a “mulheres ou entidades de mulheres que tenham se destacado em ações de combate à discriminação social, sexual ou racial e na defesa dos direitos das mulheres”. O nome da premiação homenageia uma socióloga pioneira na América Latina em estudos de gênero no universo acadêmico.

Na busca de abrir mais espaço para as mulheres na política, o relatório destaca o papel das leis que implantaram as cotas de gênero. A Lei 9.100, de 1995, obrigou os partidos a reservar pelo menos 20% das vagas para candidaturas de mulheres. Em 1997, a Lei 9.504 aumentou o percentual das vagas para 30% (para candidaturas de cada sexo).

Foi uma lei que demorou a pegar. Entendendo que a cota mínima de mulheres deveria ser calculada sobre o número de candidaturas que cada partido poderia lançar, e não sobre o número real de candidaturas, a maioria dos partidos passou anos sem atingir a cota mínima de mulheres candidatas. Nas eleições municipais de 2008, por exemplo, as candidaturas femininas eram apenas 19,84% do total.

A situação só mudou após uma resolução do Tribunal Superior

Eleitoral (TSE), em 2011, deixar claro que a cota de 30% valia para o número de candidatos inscritos pelos partidos, e não para o número dos que poderiam se inscrever. Nas eleições de 2012, segundo o TSE, foi a primeira vez em que a participação feminina atingiu a cota prevista na lei, chegando a 32,57% das candidaturas a vereador.

As seis vereadoras que atuam hoje na Câmara paulistana correspondem a 10,9% do Parlamento, abaixo das médias do continente americano (25,2%) e do mundo (21,8%). “A participação feminina na política, do ponto de vista formal dos cargos eletivos, ainda é muito baixa. Enfrentamos uma política que não abre espaço para as mulheres”, afirma a militante feminista Maria Amélia de Almeida Teles, autora de *Breve História do Feminismo no Brasil*.

HOMENAGEM Sessão solene do Dia Internacional da Mulher, ocorrida em 13 de março

Para Amélia, a política de cotas é fundamental, mas só vai funcionar quando os partidos investirem para valer na formação e na mobilização feminina. Ela também acredita que não dá para integrar as mulheres sem criar horários de reuniões que respeitem a lógica da dupla jornada, por exemplo. “Muitos partidos buscam aplicar a lei de forma burocrática, chamando mulheres só para preencher vagas, e não para ganhar eleição”, diz. Enquanto isso não mudar, “continuaremos a ter uma política toda feita por homens para homens”.

SAIBA MAIS

Livros

Breve História do Feminismo no Brasil. Maria Amélia de Almeida Teles. Brasiliense, 1999.

Vanguarda Pedagógica: o Legado do Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem. Vários autores. Lettera.doc, 2008.

Voto Feminino & Feminismo. Diva Nolf Nazario. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Relatório

Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em www.social.org.br.

*Os períodos podem não ser contínuos e referem-se à primeira e à última data em que a parlamentar assumiu vereança



Arquivo pessoal

DIRETORA
No colégio Scholem
Aleichem, que dirigiu
entre 1958 e 1962

Ela não teve medo da vida

A primeira vereadora de São Paulo, Elisa Abramovich foi revolucionária na política e na educação de crianças

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Era uma vez uma linda princesa que passava os dias adormecida em seu palácio, à espera do príncipe que viria despertá-la. Na sua jornada cheia de aventuras e perigos, o príncipe aproveitava para libertar os camponeses nos campos e os operários nas cidades. Num belo dia, o príncipe chega ao palácio e desperta a Bela Adormecida com um beijo, anunciando que as injustiças do mundo vão se acabar. O príncipe encantado tem nome. Chama-se Luís Carlos Prestes. Ele é quem vai levar todo mundo para o reino mágico do comunismo. O que é comunismo, mamãe?, perguntavam as meninas. E a mãe explicava: Comunismo é todo mundo poder morar num palácio.

E era uma vez a moça guerreira que toda noite contava essas e outras histórias para suas filhas, misturando os sonhos dos contos de fadas com as utopias políticas, e dando ao herói o rosto de Prestes, então líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual ela militava. O nome da moça era Elisa Kauffmann Abramovich, que em 1947 tornou-se a primeira mulher eleita para a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Em idade, viveu pouco. Morreu em 1963, aos 43 anos. Mas tantas fez, com os poucos anos que teve, que sua vida ficou parecendo um daqueles contos que contava para adormecer as crianças.

GOSTOSURAS E BOBICES

Elisa Kauffmann nasceu em 8 de julho de 1919. Seus pais eram judeus asquenazes (naturais do Leste Europeu) que vieram ao Brasil fugindo da miséria e dos pogrons (linchamentos em massa de judeus, praticados em vários países, principalmente na Rússia czarista). Vários asquenazes abraçaram a militância de esquerda, e com Elisa não foi diferente. Se-

gundo a família, o primeiro contato dela com o comunismo ocorreu quando a mãe, nascida na Bessarábia (hoje Moldávia e Ucrânia), aceitou abrigar em casa o filho de uma amiga perseguido pelas forças de repressão da ditadura do Estado Novo. As conversas com o militante comunista fizeram a cabeça de Elisa e de seu irmão Jacob: pouco tempo depois, os dois entraram para o PCB.

Aos 20 anos, Elisa casou-se com o comerciante Francisco Abramovich, então com 25 anos, em 25 de março de 1940. Sua primeira filha nasceu seis meses depois. “Diziam que eu era prematura”, ri a educadora e escritora infantil Fanny Abramovich. Em 1943, nasceu Irene, que iria se tornar médica.

A infância que ficou guardada na memória das irmãs é uma festa de cores e brincadeiras, em que Elisa usava a imaginação para disfarçar a falta de dinheiro. “Era uma época de dureza desgraçada, mas para a gente tudo era fantástico”, relembra Irene.

O ritual das histórias contadas antes de dormir fez Fanny descobrir a vocação que a levaria a se tornar uma celebrada escritora infantil, com mais de 40 títulos publicados. “Eram histórias bonitas, com explicações do mundo e das acontecências dele, e dum jeito que eu podia me situar num universo onde começava a engatinhar”, escreve Fanny no livro *Literatura Infantil: Gostosuras e Bobices* (Scipione, 1989), ao contar a origem da sua volúpia pelas histórias.

A fantasia tanto servia para voar como para situar as crianças com os pés firmes no chão do mundo. Elisa estimulava as filhas a serem independentes. Depois dos 14 anos, a mãe cortava a mesada e mandava que as filhas fossem dar seu jeito de conseguir o próprio dinheiro. Fanny foi dar aula de português para estrangeiros; Irene



FAMÍLIA • Com as filhas, Fanny e Irene, e o marido, Francisco



FLORES • Na formatura de um curso profissionalizante



DESCONTRÁIDA • A primeira vereadora paulistana, em praia do Rio de Janeiro



ALEGRIA • Brincando com a filha Irene



VOLTINHA • Elisa passeia com as duas filhas

deu aulas de matemática. “Naquela idade, aprendemos a ganhar e gerir nosso dinheiro”, afirma Irene.

PRIMEIRA MULHER

A política era presença de todo dia no apartamento de dois quartos em que a família morava, em um prédio na esquina das Ruas Prates e José Paulino, no Bom Retiro. O local vivia cheio de militantes de esquerda. “Não sei como cabia tanta gente lá. Tinha reunião o tempo todo. Reunião do comitê estadual do Partido, do comitê central, comitê de bairro, comitê judaico, comitê de tudo”, lembra Fanny. Gente como os líderes comunistas Carlos Marighella e Luís Carlos Prestes, o príncipe das histórias contadas por Elisa, vivia aparecendo. Com esse perfil, era natural que Elisa fosse escolhida

pelo Partido para disputar as eleições municipais de 1947, as primeiras depois de 11 anos. Não foi fácil. Como o registro do PCB havia sido cassado, os candidatos comunistas de São Paulo buscaram abrigo no Partido Social Trabalhista (PST). Pela legenda, conquistaram 15 das 45 cadeiras da CMSP nas eleições de 9 de novembro de 1947. Entre os eleitos estava Elisa, com 2.940 votos.

O mandato da primeira vereadora de São Paulo terminou antes de começar, às 17 horas de 31 de dezembro, na véspera da posse da nova legislatura. Foi nessa hora que um telegrama do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) chegou à sede da Câmara, no Palacete Prates, informando que o Tribunal havia declarado inexistentes os registros de todos os candidatos do PST no Estado. No

dia seguinte, Elisa e outros três vereadores cassados se juntaram a uma centena de pessoas que se reuniram diante do Prates para protestar contra a cassação de seus mandatos. A multidão tentou invadir a Casa, mas foi impedida. Acabava ali a atuação de Elisa na política pública.

O papel pioneiro de Elisa na história do Legislativo só se tornou oficial no ano passado, pela Resolução 13/2013, do vereador Orlando Silva (PCdoB), que incluiu nos anais da CMSP os nomes dos 15 vereadores comunistas injustamente cassados em 1947. No mesmo ano, o reconhecimento de Elisa como vereadora foi reforçado pela Resolução 20/2013, assinada por Orlando Silva, Gilberto Natalini (PV), Juliana Cardoso (PT), Rubens Calvo (PMDB), José Police

MARCOS DA LUTA FEMININA NO BRASIL



Séculos 17 a 19	1879	1917	1932
Quilombolas como Aqualtune e Filipa Aranha combatem a escravidão	Mulheres conquistam direito de fazer faculdade	Em SP, greve põe fim a trabalho noturno feminino	Código Eleitoral garante direito da mulher ao voto
1975	1985	1997	2006
Mulheres dão início ao movimento pela Anistia	São Paulo cria a primeira Delegacia da Mulher	Lei 9.504 cria cota de 30% das candidaturas por sexo	Lei Maria da Penha aumenta rigor contra agressores domésticos

Fontes: Voto Feminino & Feminismo; Breve História do Feminismo no Brasil

Neto (PSD), Laércio Benko (PHS), Mário Covas Neto (PSDB), Ricardo Young (PPS) e José Américo (PT), que garantiu a restituição simbólica dos mandatos de 42 vereadores cassados por ações autoritárias entre 1937 e 1969.

PSICÓLOGA E PEDAGOGA

Elisa tinha pouca educação formal: apenas um curso profissionalizante de confecção de flores artificiais, para serem usadas como acessórios de roupas femininas. E não precisou de mais. Autodidata, aprendeu a buscar por conta própria os conhecimentos necessários para atuar onde precisassem dela. Provou isso ao assumir o cargo de administradora-geral da Organização Feminina Israelita de Assistência Social (Ofidas) e abraçar a tarefa que vinha junto com o cargo: atender judeus que chegavam ao Brasil vítimas de perseguição em seus países de origem. Podiam ser sobreviventes

do Holocausto, judeus egípcios expulsos pelo presidente Gamal Abdel Nasser ou fugitivos de países árabes. Tinham em comum o desespero dos traumas e a necessidade de se adaptar a um país estranho. Para atendê-los, Elisa teve de se tornar psicóloga por conta própria.

“Pedagoga e psicóloga (embora nunca tivesse posto os pés em uma faculdade), foram inúmeras as pessoas totalmente desesperadas e deprimidas que devem seu renascimento a ela”, afirma o engenheiro Marcos Ajzenberg, vice-presidente do Instituto Cultural Israelita Brasileiro (Icib), no livro *Vanguarda Pedagógica: o Legado do Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem*. Segundo ele, Elisa era “dessas figuras que, como cometas, perpassam pela vida das pessoas, deixando em cada um de nós um rastro de luz”.

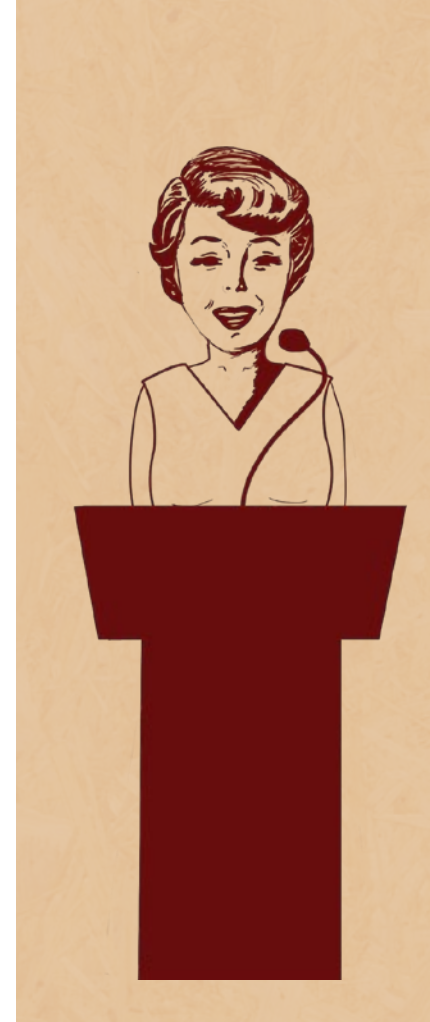
As filhas lembram que, como outras comunistas do período, Elisa sofreu um golpe em 1956, quando o

20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética revelou os crimes praticados pelo ditador Joseph Stálin. Eram relatos que traziam à luz os “ogros” que se ocultavam nas profundezas do conto de fadas em que ela acreditava, o comunismo colorido com um castelo encantado para cada cidadão. “Ela ficou mal”, lembra Fanny. Mas nada que a impedisse de continuar trabalhando pelo partido até morrer – e mesmo depois.

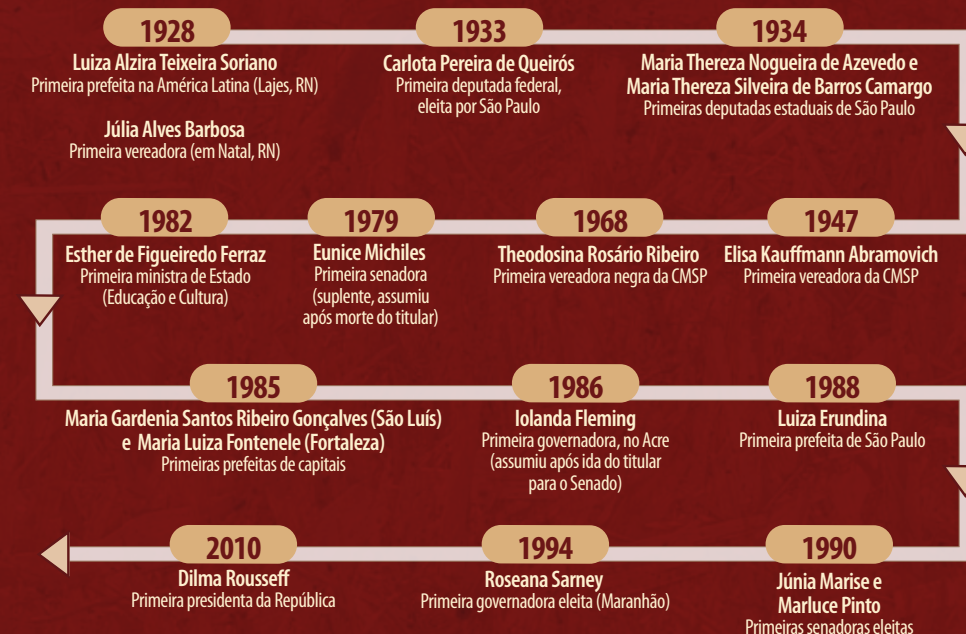
Foi uma missão dada pelo PCB que permitiu a Elisa realizar a obra pela qual mais é lembrada: ter dirigido os anos iniciais da escola Scholem Aleichem, que funcionou entre 1949 e 1981 no Bom Retiro. A escola era fruto de um projeto da Associação Cultural Judaica (Icuf, sigla para as palavras em iídiche Idisher Cultur Farband), uma rede internacional de judeus de esquerda, e buscava “a disseminação dos ideais antifascistas e progressistas no cenário social brasileiro, por meio de uma educação pluralista e inovadora”, conforme a introdução do livro *Vanguarda Pedagógica*.

Na busca por uma educação diferente de tudo o que se fazia na época, Elisa teve um papel central. No período em que dirigiu a Scholem, entre 1958 e 1962, transformou a escola num laboratório de experimentação pedagógica. Deu certo. A instituição de ensino “transformou-se rapidamente na melhor escola da comunidade e numa das melhores da cidade de São Paulo”, conta Ajzenberg no mesmo livro. Vários ex-alunos da Scholem conseguiram entrar nos ginásios públicos do Estado, os mais concorridos da época.

Quem estudou na Scholem naquela época não se esquece da diretora. “Elisa me fez gente. Tudo o



AS PIONEIRAS
Mulheres que quebraram barreiras na política



HOJE • A médica Irene e a escritora Fanny, filhas de Elisa



que sei hoje e a liberdade mental que tenho aprendi com ela”, conta a professora aposentada Martha Kleiner, de 76 anos.

“Sou pedagoga formada pela USP e tenho que dizer que minha mãe sacava muito mais de educação do que eu”, afirma Fanny. A jornalista Cecília Luedemann, que estudou as anotações feitas por Elisa em livros do educador russo Anton Makarenko, menciona uma frase grifada pela diretora que ajuda a entender o modo como ela enxergava o papel do educador: “Não temer a vida e admirar o valor de todas as coisas do mundo”.

ATÉ O FIM

Mesmo adocida com um câncer de ovário, Elisa trabalhou na direção da Scholem até poucos dias

antes de sua morte, em 4 de janeiro de 1963. “Mais de 3 mil pessoas encheram o Cemitério Israelita do Butantã. O enterro dela foi um ato político”, diz Irene.

Antes de partir, Elisa havia deixado uma ordem: que o discurso de seu funeral fosse feito pelo dramaturgo Maurício Segall, militante recrutado por ela nos tempos de Ofidas, que na época estava rompido com o PCB. Convidá-lo a discursar em seu enterro foi o jeito que Elisa encontrou para reaproximá-lo da militância. Elisa, que não temeu a vida, usou a morte para resgatar um companheiro perdido.

Falecida numa sexta-feira, Elisa só foi enterrada dois dias depois, em obediência ao sabá (descanso religioso prescrito aos sábados pela lei de Moisés). Pela tradição

judaica, gente como Elisa não poderia morrer em outro dia. A filha Fanny explica: “Dizem que o judeu justo morre numa sexta, para ser velado por mais tempo”.

SAIBA MAIS

Livros

Paulistânia Eleitoral: Ensaio, Memórias, Imagens. José D’Amico Bauab (organizador). Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, 2011.

São Paulo na Tribuna: Primeira Legislativa (1948-1951). Luiz Casadei Manechini (organizador). Câmara Municipal de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2012.

Vanguarda Pedagógica: o Legado do Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem. Vários autores. Lettera.doc, 2008.

Prioridade às gestantes

Leis garantem vagas reservadas em estacionamento e exame de HIV gratuito para grávidas

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Os estacionamentos de shopping centers, centros comerciais e hipermercados da cidade estão obrigados, desde o final do ano passado, a ter vagas especiais para gestantes e pessoas com crianças de até dois anos. De acordo com a Lei 15.763/2013, do vereador Aurélio Nomura (PSDB), a reserva de vagas especiais deve ser feita na proporção de uma a cada 250. O descumprimento pode acarretar multa diária de R\$ 500, enquanto persistir a infração.

Com essa iniciativa, o parlamentar pretende preencher uma lacuna: as leis já garantem atendimento prioritário às grávidas e pessoas com bebês nas filas de bancos e de supermercados, além de assentos específicos no transporte coletivo, mas faltava a reserva nos estacionamentos paulistanos.

As vagas reservadas pela Lei 15.763 deverão estar próximas de

elevadores, da entrada do estabelecimento ou da rua. “Toda gestante tem mobilidade reduzida, e o primeiro trimestre (da gestação) é o mais crítico. Nos meses seguintes, o ganho de peso e o crescimento da barriga geram grande sobrecarga à coluna vertebral e ao sistema cardiorrespiratório, gerando desconforto e cansaço”, explica Nomura na justificativa da lei.

TESTE DE HIV GRATUITO

Também voltada às gestantes, a Lei 15.943/2013, sancionada pelo Executivo em dezembro, garante o teste para detecção do vírus HIV (que ataca o sistema imunológico humano e causa a aids) na rede pública municipal de saúde. O projeto da lei, de autoria da vereadora Juliana Cardoso (PT) e do ex-vereador Carlos Neder (PT), diz que a gestante receberá informações antes do exame, para então decidir se fará o procedimento.



MULTA
Vereador Aurélio Nomura, autor da lei que multa estabelecimentos sem vagas reservadas a gestantes




PROTEÇÃO
Lei elaborada por Juliana Cardoso garante leite a bebês de mães soropositivas



ESPAÇO
Shopping Frei Caneca reserva seis vagas para gestantes, próximas aos elevadores

Em caso de diagnóstico positivo para HIV, está garantido à mãe e ao recém-nascido o recebimento de medicamentos antirretrovirais, além de outros que forem necessários. O governo também deverá prover leite ao bebê da mãe soropositiva. “O mais importante da lei, além da obrigatoriedade do teste nas gestantes, é a garantia que a portadora do vírus receba da rede pública leite necessário para a sobrevivência do recém-nascido até seu segundo ano

de vida”, destaca Juliana Cardoso. “Com isso, o risco de contaminação pelo leite materno é eliminado”, completa a parlamentar.

Segundo o Ministério da Saúde, a taxa de transmissão do HIV de mãe para filho durante a gravidez, sem qualquer tratamento, pode ser de 20%. A possibilidade de infecção do bebê cai para menos de 1% se a grávida e a criança usarem remédios antirretrovirais, se houver parto cesáreo e se a mãe não amamentar. 

VAGAS EM ESTACIONAMENTOS



- Destinadas a gestantes e pessoas com crianças de até dois anos
- Devem estar no piso mais próximo à rua, à entrada do estabelecimento ou aos elevadores
- A sinalização deve ser visível e distinta da utilizada para idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
- Estacionamentos com 10 a 250 vagas reservarão ao menos uma. Será acrescida uma vaga especial a cada 250 adicionais

Fonte: Lei 15.763/2013

PREVENÇÃO AO HIV

- Gestantes e parturientes receberão informações e, caso concordem, podem fazer o teste gratuito para HIV
- Para filhos de soropositivas, o governo dará leite até os dois anos de idade. Mães e recém-nascidos também receberão medicamentos antirretrovirais e outros necessários

Fonte: Lei 15.943/2013

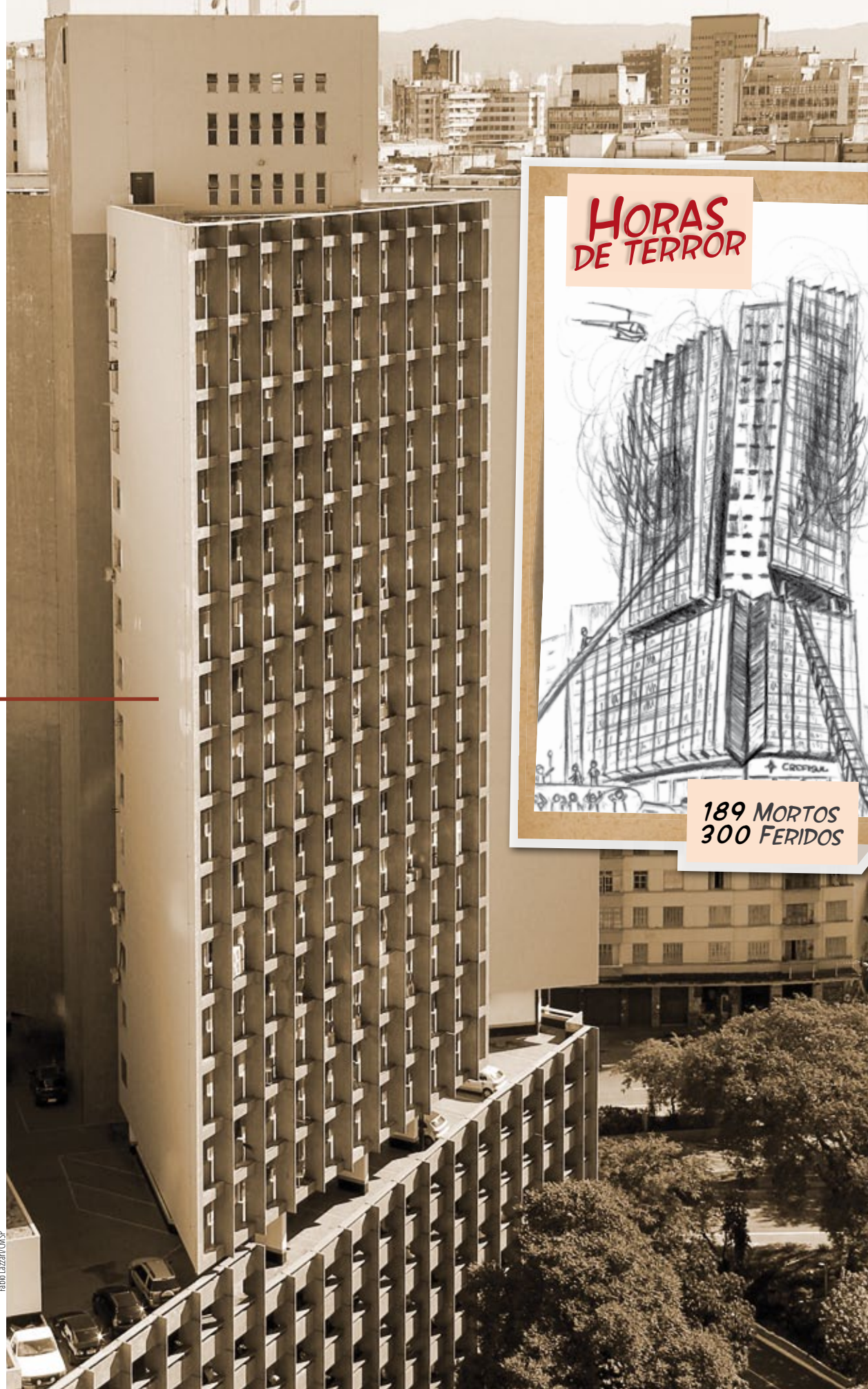
Há 40 anos, Câmara foi hospital para feridos no Joelma

Helicóptero fazia resgate no prédio em chamas e levava ao heliponto do Palácio Anchieta

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Na manhã de 1º de fevereiro de 1974, uma sexta-feira, São Paulo testemunhou uma tragédia: um incêndio no Joelma, edifício comercial de 25 andares na esquina da Rua Santo Antônio com a Avenida 9 de Julho, na região central, matou 189 pessoas e deixou 300 feridos. O número de vítimas poderia ter sido bem maior se o heliponto da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), que fica ao lado do Joelma, não tivesse sido transformado em um hospital de campanha. Foi um dia que marcou os paulistanos, especialmente os que estavam no Palácio Anchieta, sede da Câmara.

Fábio Lazzari/CMSP



HORAS DE TERROR



**189 MORTOS
300 FERIDOS**

8450
CURTO-CIRCUITO EM AP-CONDICIONADO DO 12º ANDAR INICIA O INCÊNDIO

8456
FOGO SE ESPALHA E ATINGE O 25º ANDAR

9409
BOMBEIROS CHEGAM AO LOCAL

9410
PESSOAS COMEÇAM A SALTAR DO PRÉDIO

9430
PRIMEIRO HELICÓPTERO NÃO CONSEGUE POUSAR NO JOELMA

12430
HELICÓPTERO DA FAB INICIA O RESGATE, UTILIZANDO O HELIPONTO DA CMSP

154
BOMBEIROS ENCERRAM REMOÇÃO DE SOBREVIVENTES

Desenhos: Rogério Alves

Ronaldo Salies, na época assessor do vereador Sampaio Doria, trabalhava no quarto andar do Palácio Anchieta quando começou a ouvir uma gritaria, com as pessoas berrando “desce, desce”. Olhou pela janela e viu uma fumaça branca, de um aparelho de ar-condicionado, saindo do Joelma. A fumaça se tornou escura e logo depois surgiram as labaredas. Ele foi para o heliponto e de lá testemunhou cenas que marcariam sua vida para sempre. “Vi muitas pessoas pulando para a morte”, lembra-se emocionado.

“Vai ser uma carnificina.” Ronaldo Salies recorda-se de ter escutado essa previsão sobre o incêndio, que infelizmente se concretizou. Quem deu a sentença foi Carlos Alberto Alves, o piloto do primeiro helicóptero que tentou pousar no Joelma, manobra impossibilitada por causa do calor e da fumaça. “O piloto explicou que não havia sustentação no telhado”, lembra-se Salies. Alves pousou, então, no heliponto da Câmara. Mesmo não tendo conseguido pousar no edifício em chamas, a aeronave de Alves ajudou no salvamento, levando feridos para os hospitais e jogando leite para as pessoas que estavam no alto do Joelma.

Prêmio da Câmara leva nome de herói do Joelma e do Andraus

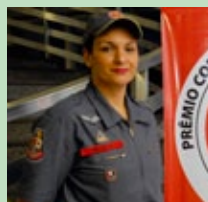


A Câmara Municipal criou o Prêmio Coronel Hélio Barbosa Caldas, uma Salva de Prata a ser concedida, anualmente, aos cinco bombeiros que mais se destacaram por atos heroicos na cidade de São Paulo. A homenagem foi uma iniciativa do vereador Antonio Goulart (PSD) e o Comando Geral da

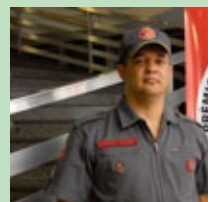
Polícia Militar indica os profissionais que receberão o prêmio.

O coronel que dá nome à premiação se destacou nas operações de resgate das vítimas dos maiores incêndios na cidade. No Joelma, ele desceu para o terraço do prédio preso a uma corda de 12 metros pendurada a um helicóptero. Dois anos antes, ele foi o primeiro a chegar ao telhado do Andraus para organizar o salvamento. Pela sua bravura, Caldas foi condecorado duas vezes e era considerado um herói. Ele morreu em 20 de junho de 1999, com 64 anos.

Neste ano, em 10 de março, em sessão solene no Palácio Anchieta, cinco bombeiros receberam o Prêmio Coronel Hélio Barbosa Caldas: primeiro-tenente Alexandre Pires de Proença, primeiro-tenente Tiago Lopes Martinez, segundo-sargento Silvio Cesar Jerônimo, cabo Ademar Ferreira Campos Filho e cabo Giuliano Marques. A soldado Renata dos Santos recebeu homenagem em nome de todas as mulheres da corporação.



Soldado Renata dos Santos



Cabo Ademar Campos Filho



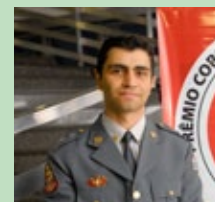
Cabo Giuliano Marques



Segundo-sargento Silvio Cesar Jerônimo



Primeiro-tenente Alexandre Proença



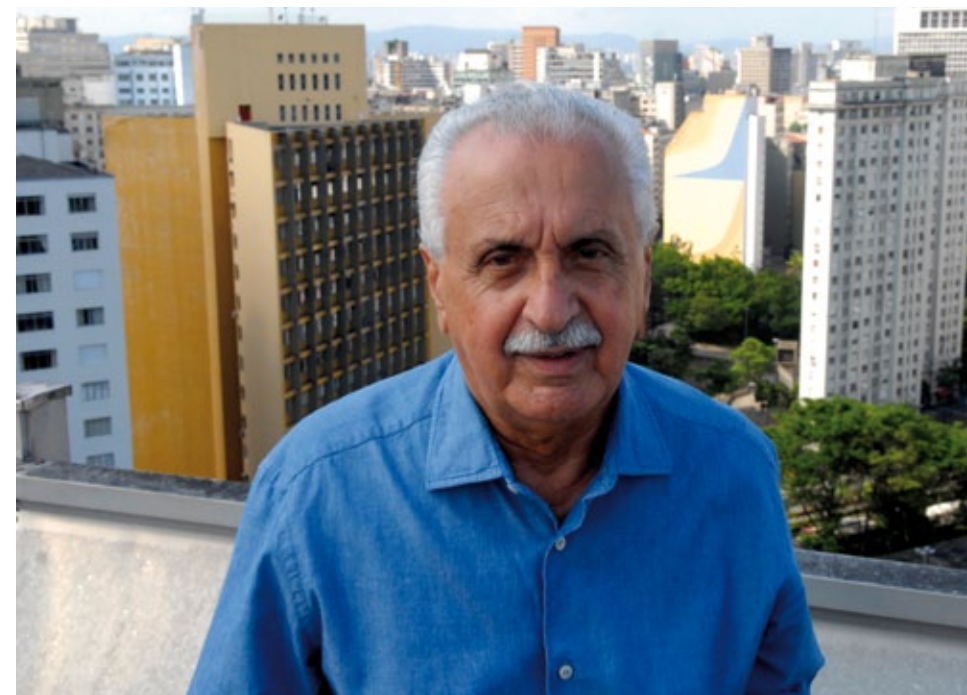
Primeiro-tenente Tiago Martinez

O jornal *O Estado de S.Paulo*, no dia seguinte à tragédia, informou que muitos funcionários da CMSP também subiram ao heliponto e vários tiveram de ser atendidos pelo serviço médico da Casa, pois tiveram crise nervosa. “Como o prédio estava esquentando muito, alguns colegas tiveram medo que a Câmara pegasse fogo”, disse Salies. Em contrapartida, a tranquilidade de um rapaz, Ydek Butchi, que ficou esperando calmamente o salvamento na sacada do 22º andar do Joelma, impressionou bastante Salies, que se lembra de detalhes 40 anos depois: “Acho que ele estava até fumando”. A espera valeu a pena, pois o rapaz sobreviveu.

Salies tem um motivo a mais para se emocionar com a tragédia do Joelma. Sua esposa é uma das sobreviventes de outro incêndio, o do Andraus. Em 24 de fevereiro de 1972, o prédio de 32 andares, no centro de São Paulo, pegou fogo e deixou 16 mortos e 330 feridos. Ivone, esposa de Salies, conseguiu escapar e teve apenas um pé quebrado.

CHOROS E ORAÇÕES

Às 12h30, chegou ao Joelma o helicóptero da Força Aérea Brasileira (FAB), que

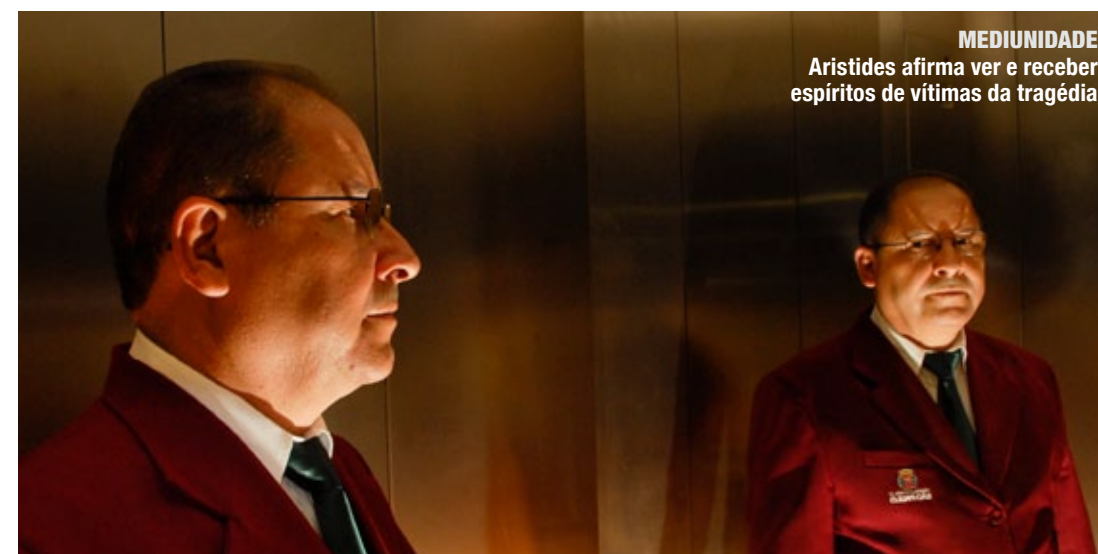


LEMBRANÇAS • Salies no alto da CMSP, de onde testemunhou a carnificina do Joelma (à esquerda): “Vi muitas pessoas pulando para a morte”

conseguiu se aproximar do prédio em chamas e começou a levar os feridos para o heliponto da Câmara. A aeronave, que não estava no Estado de São Paulo, era a maior das Forças Armadas na época.

Segundo *O Estado de S.Paulo*, os feridos mais graves foram levados por outros helicópteros aos hospitais e os que estavam em melhores condições pegavam os elevadores até as ambulâncias que estavam na garagem. O pronto-socorro do heliponto chegou a ter 40 médicos, enfermeiros e estudantes de medicina.

José Carlos del Fiol, à época repórter da *Folha de S.Paulo*, estava na Secretaria de Turismo da cidade de São Paulo, que funcionava no 12º andar do Palácio Anchieta, quando começou o incêndio. “Pela movimentação das pessoas que estavam comigo e que, nesse momento, se dirigiam ao terraço da Câmara, percebi que havia um incêndio num prédio próximo. Algumas mulheres choravam e muitos funcionários da Câmara, ajoelhados, rezavam. Peguei uma máquina fotográfica e subi ao ter-



MEDIUNIDADE Aristides afirma ver e receber espíritos de vítimas da tragédia

raço”, contou ele, na edição de 2 de fevereiro de 1974 do jornal.

Segundo Fiol, a queda de duas pessoas provocou uma reação de desespero total. “Algumas funcionárias da Câmara correram em pânico para suas salas de trabalho e, durante muito tempo, encostadas em suas mesas, choraram”, relata o repórter. Ele ficou no terraço da CMSP até que policiais militares ordenaram a saída dos que não estavam socorrendo os feridos.

VISÕES

Um dos ascensoristas da Câmara, Aristides Saturnino de Paula também estava no Palácio Anchieta no dia do incêndio do Joelma, trabalhando como faxineiro. Dessa data, ele se lembra do cheiro de queimado impregnando todos os tapetes da sede da CMSP. “Não consegui almoçar naquele dia”, recorda-se.

Desde então, Aristides afirma ver espíritos em vários locais do Palácio Anchieta, inclusive nos elevadores. “Eles entram e desaparecem”, conta. Em alguns momentos ele já sentiu ter levado até beliscão. “São espíritos que desencarnaram antes da hora e não querem aceitar a morte”, explica o ascensorista. Ele também afirma já ter recebido um espírito de um dos mortos do incêndio pedindo que se faça muita oração pelas vítimas.

Após a tragédia, o Joelma passou por uma reforma e quatro anos depois foi reinaugurado com o nome de Edifício Praça da Bandeira. Hoje ele se encontra praticamente todo ocupado por diversas empresas e escritórios de contabilidade, engenharia e advocacia. No prédio funciona também a sede estadual do Partido Social Democrático (PSD).

Selva de perto

Lei cria Polo de Turismo para promover uma das últimas grandes áreas verdes de São Paulo

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br
Colaborou Bruna Cavalini

A 30 quilômetros da Praça da Sé, ainda na cidade de São Paulo, uma pequena trilha por um denso bambuzal leva ao silencioso esconderijo de bugios-ruivos. Mais alguns passos, e chega-se à praia onde as garças pescam a comida de seus filhotes, que lutam para se equilibrar no alto das árvores. Esse tesouro natural fica na Ilha do Bororé – uma península banhada pela Represa Billings que, desde janeiro, integra o Polo de Ecoturismo Parelheiros/Marsilac/Ilha do Bororé, criado no extremo sul da capital paulista pela Lei 15.953/2014. “Quando você chega à região, sente como se estivesse em uma cidade pequena do interior”, descreve o autor da legislação, vereador Alfredinho (PT), da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

A mata atlântica, um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta, é o palco do tranquilizante e onipresente canto dos pássaros – às vezes combinado com o som das nascentes que alimentam as Represas Billings e Guarapiranga.

Essa formação florestal ocupa grande parte das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Bororé-Colônia e Capivari-Monos, que formam o Polo juntamente com o restante da Subprefeitura de Parelheiros (veja mapa na pág. 33).

Na Capivari-Monos, a maior área de proteção ambiental de São Paulo, além das propriedades de cultivo agrícola, a floresta abriga espécies animais como a onça-parda, a jaguatirica e o mono-carvoeiro, o maior macaco das Américas. Todos são considerados ameaçados de extinção pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). A APA Bororé-Colônia tem aspecto mais urbano, mas lá são comuns animais como gato-do-mato (ameaçado de extinção), pavão-do-mato, anta e bugio-ruivo, cujo poderoso grito pode ser ouvido em toda a mata.

Rota de jesuítas e índios entre os séculos 16 e 19, devido à qualidade dos rios, cachoeiras e riachos, por toda a região também podem ser encontrados outros bichos característicos: tucano, periquito, João-de-Barro e a perereca-flautinha, cujo

BILLINGS
No extremo sul de São Paulo, o encontro da cidade com a mata atlântica nativa

ROTEIROS

Existem hoje no Polo de Ecoturismo atrações gratuitas e pagas, guiadas por profissionais (às vezes obrigatoriamente) ou visitadas por conta própria. Os guias cobram, em média, R\$ 80 por dia para acompanhar até 10 pessoas. A maioria dos passeios deve ser agendada com antecedência de alguns dias. **Abaixo, algumas atrações organizadas por temas de interesse.**

TRILHAS E CACHOEIRAS

O Núcleo Curucutu do Parque Estadual da Serra do Mar tem boa estrutura e oferece trilhas para grupos acompanhados por monitores, com agendamento prévio (tel. 11 5975-2000).

Trilha Santa Margarida:

percurso de 3 horas (ida e volta), nível de dificuldade médio e possibilita banho em cachoeira.

Trilha do Mirante:

leva 2h30 (ida e volta), nível médio de dificuldade e permite avistar o litoral sul.

Trilha da Bica d'Água:

percurso de 15 minutos, é suave e leva a uma bica onde podem ser vistos pássaros e quatis.



GASTRONÔMICO

O cambuci (foto) é nativo da mata atlântica, além de ser cultivado na área rural do Polo. A degustação da fruta e de derivados, como geleias, sucos, sorvetes e cachaça, pode ser feita em estabelecimentos de Parelheiros, distrito onde ocorre anualmente o Festival do Cambuci. O evento é organizado entre abril e maio pela Associação Holística de Participação Comunitária Ecológica (tel. 11 2867-2773) em parceria com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (tel. 11 3283-1004) como parte da Festa das Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

HISTÓRICO-CULTURAL

Na Estrada da Barragem, estão as aldeias guaranis Krukutu e Tenondé-Porã. É possível agendar visitas à reserva dos Tenondé-Porã (tel. 11 5977-3689), onde monitores indígenas mostram a música, a culinária e o artesanato locais.

Na região (contato: 11 5925-2736 - PAT), trilhas levam o visitante à Represa Billings e à Cratera de Colônia, de 3,6 km de diâmetro, criada há 30 milhões de anos.



FAUNA

Na Ilha do Bororé (tel. 11 99990-3161), reabre em maio de 2014 a visitação ao Ninhal de Garças (foto), local que atrai lagartos-de-papo-amarelo que se alimentam de ovos, entre outros animais. A melhor época para ver as garças é de agosto a março, com pico em novembro. Na mesma propriedade que abriga o Ninhal é possível visitar um refúgio de bugios-ruivos.

NÁUTICO

Nas regiões do Rio Capivari (contato do PAT: 11 5925-2736) e da Represa Billings (contato: 11 5925-2736 - PAT / 99990-3161 - Associação de Turismo), é possível contratar passeios de escuna, praticar canoagem e ter aulas de windsurf ou vela. Os mais radicais podem praticar rapel e duck - uma espécie de rafting - nas Cachoeiras do Jamil e do Sagui.



RURAL

Na visita às fazendas e pesqueiros, principalmente da APA Capivari-Monos (tel. 11 5925-2736), os turistas aprendem sobre agropecuária, piscicultura e cultivo de plantas ornamentais, como as orquídeas. Em algumas propriedades há programação destinada para crianças.



RELIGIOSO

Em uma área de 327 mil m², a Igreja Messiânica Mundial construiu o Solo Sagrado de Guarapiranga (foto). Destinado à contemplação da natureza, contém um templo, lagos, chafarizes e jardins de vários tipos, além de ser banhado pela Represa de Guarapiranga. Os turistas de todas as crenças podem ser acompanhados gratuitamente por guias do local, mediante agendamento (tel. 11 5970-1000). É um passeio de dia inteiro. Em Parelheiros, o Asé Ylê do Hozooane (tel. 11 5920-8696) promove a cultura afro-brasileira, com rituais religiosos e produção de pratos típicos. A 10 km do Autódromo de Interlagos fica o majestoso templo budista Quan-Inn do Brasil (tel. 11 3228-7910), aberto para visitação aos domingos. Na Ilha do Bororé (tel. 11 99990-3161), há a Capela de São Sebastião do Bororé, erguida em 1904.

POLO DE ECOTURISMO PARELHEIROS / MARSILAC / ILHA DO BORORÉ

- 1 - Cratera de Colônia
- 2 - Mirante Cratera de Colônia
- 3 - Ilha do Bororé
- 4 - Cachoeira do Sagui
- 5 - Ninhal de Garças
- 6 - Centro Asé Ylê do Hozooane
- 7 - Aldeia Krukutu
- 8 - Aldeia Tenondé-Porã
- 9 - Solo Sagrado
- 10 - Templo Quan-Inn do Brasil



fonte: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

nome remete ao seu belo canto. Ao lado dessas atrações naturais, há ainda duas aldeias indígenas e pontos de visitação históricos, religiosos, gastronômicos e culturais (veja box na pág. 32).

Os 361 km² do Polo são habitados por 139 mil pessoas, pouco mais de 1% da população paulistana. Esses números referem-se somente à Subprefeitura de Parelheiros, cujos distritos (Parelheiros e Marsilac) ocupam a maior parte do Polo e 24% do território paulistano. Há pelo menos uma década, esse espaço passou a receber também os ecoturistas.

A estrutura do local ainda é incipiente para receber os visitantes. Há pousadas, restauran-



AUTOR • Vereador Alfredinho, idealizador do Polo de Ecoturismo

tes e guias turísticos, mas é difícil conseguir informação e a sinalização praticamente inexistente. Sua grande extensão torna mais complicado estruturar um roteiro. A lei, entretanto, vem para disciplinar e normatizar o uso turístico do patrimônio natural, para gerar recursos, negócios, renda e empregos, com respeito ao meio ambiente e seguindo o conceito de ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente.

PASSOS INICIAIS

O projeto aprovado na CMSP, sancionado pelo Executivo e à espera de regulamentação, prevê que a proteção e utilização do local incluam melhorias de sina-

lização turística, segurança, transporte, informação, conservação, limpeza, hospedagem de baixo custo e combate à exploração de crianças e adolescentes. No documento, a Prefeitura se compromete a buscar incentivos fiscais, especialmente, para microempresas de hotelaria, artesanato, comércio, turismo e eventos.

O primeiro passo já foi dado. O Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) acaba de liberar R\$ 15,5 milhões à Subprefeitura de Parelheiros para construir quatro portais de acesso ao turista, três conjuntos de banheiros e vestiários para suporte turístico, 120 km de ciclovias e alargamento do último trecho da

Área de Proteção Ambiental (APA)

Unidade de conservação que funciona em parceria com a comunidade, destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, para a melhoria da qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais. Inclui áreas públicas e privadas. O uso dos recursos naturais não é proibido, mas regulado.

Ecoturismo

Todas as formas de turismo em que a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve.

Fontes: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e Organização Mundial do Turismo

Avenida Sadamu Inoue, principal via de acesso ao Polo. “Essa ciclovia deve começar na Sadamu Inoue e ir até a barragem onde estão as duas aldeias indígenas do Polo”, explica Alfredinho. O vereador diz que as vias de acesso às aldeias estão abandonadas. Afirma, ainda, que existem problemas de saúde entre os indígenas, como o alcoolismo: “A intenção da lei é também melhorar a infraestrutura das comunidades, a condição de vida dos índios, desde saúde até educação”.

Para a coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Subprefeitura de Parelheiros, Loide Cruz Vidal Parlato, a destinação de verba indica vontade política de viabilizar o Polo de Ecoturismo. Agora, o Município pode fazer também convênios, com órgãos estaduais e federais, em projetos de desenvolvimento sustentável para a região delimitada pela Lei 15.953.

Em cinco anos a partir da criação do Polo, os empresários da região esperam receber 1 milhão de turistas anualmente. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o ecoturismo é o que mais cresce no mundo, em média 20% ao ano. “A ideia da lei é que a região passe a ser do conhecimento da cidade de São Paulo; que todo paulistano desfrute desse trecho da cidade, que é muito belo”, diz Alfredinho.

TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

O Projeto de Lei (PL) 54/2013, em tramitação na CMSP, prevê infraestrutura de transporte para a região do Polo. O PL cria o Sistema de Transporte Público Hidroviário nas Represas Guarapiranga e Billings e nos Rios Tietê e Pinheiros. O texto considera o uso de embarcações que se desloquem tanto na água quanto

Mais informações:

Posto de Atendimento ao Turista (PAT) da Subprefeitura de Parelheiros

Fornecer os contatos dos guias e também das empresas de turismo das áreas do Polo não atendidas pelo PAT. Av. Senador Teotônio Vilela, 8000 - Parelheiros. Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. (11) 5925-2736. www.facebook.com/pat.parelheiros pat.conselhogerstor@silcol.com.br

Associação de Turismo da Ilha do Bororé

O presidente da Associação, Sérgio Milani, fornece os contatos de guias turísticos e informações sobre a região. (11) 99990-3161


Guia Roteiros Turísticos da Região Sul de São Paulo (Sebrae-SP)

Roteiros, informações sobre a região e contatos dos pontos de hospedagem, alimentação, agências de turismo e atrativos. www.cidadedesapaulo.com/ecoturismo

Guia Ecoturismo e Agroecologia no Extremo Sul de São Paulo (Prefeitura de São Paulo)

Contatos e informações detalhadas sobre pontos turísticos, hospedagem, agências de turismo, restaurantes e mapas com as vias de acesso. www.cidadedesapaulo.com/sp/images/pdf/roteirostematicos/guia_site.pdf

no solo, para conseguir transpor as barreiras nos cursos dos rios.

O sistema hidroviário seria integrado ao de transporte coletivo municipal. O objetivo é oferecer uma alternativa menos poluente e com grande capacidade de transporte – até 200 pessoas por embarcação. O PL, do vereador Ricardo Nunes (PMDB), já foi aprovado em primeira votação. 

Planilhas mais transparentes

Vereadores querem que a SPTrans explique melhor o cálculo do preço da passagem

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br



Após sete meses consultando documentos e recolhendo depoimentos, vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) chegaram à conclusão de que as contas da São Paulo Transporte S.A. (SPTrans) precisam ser mais claras e solicitam que suas planilhas de custo sejam modificadas. Essa foi a principal sugestão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Transporte, que encerrou suas atividades em 13 de fevereiro. “A planilha utilizada pela Prefeitura tem 30 anos, está obsoleta, possivelmente equivocada e a CPI indica uma metodologia nova”, afirmou o presidente da Comissão, Paulo Fiorilo (PT).

A CPI para Averiguar Planilhas de Custos do Transporte Coletivo do Município de São Paulo, mais conhecida como CPI do Transporte, foi instalada após os protestos de junho, que exigiam a revogação do aumento da passagem dos ônibus municipais. Além de Fiorilo, fizeram parte da Comissão os vereadores Eduardo Tuma (PSDB), vice-presidente; Edir Sales (PSD), relatora; Adilson Amadeu (PTB), Milton Leite (DEM), Nelo Rodolfo (PMDB) e Roberto Tripoli (PV).

A CPI ouviu depoimentos de representantes de empresas e sindicatos, fez visitas ao Tribunal de Contas do Município (TCM) e ao Ministério Público, organizou duas mesas-redondas e analisou documentos. Foram 13 reuniões ordinárias e quatro extraordinárias.

As mesas-redondas trataram de temas específicos. A primeira foi sobre a tarifa zero para o transporte público, com a participação de representantes da Rede Nossa São

Paulo, do Movimento Passe Livre (MPL) e da Associação Nacional dos Estudantes Livres (Anel). A outra foi a respeito de um novo modelo de gestão do transporte coletivo, na qual foram ouvidos representantes da Secretaria de Transportes da Cidade de São Paulo, da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) e da Empresa Municipal de Transportes de Madri (EMT).

No relatório final da CPI, elaborado por Edir Sales, há uma lista de 26 recomendações, a maioria à SPTrans. Entre elas, destacam-se fiscalizar com mais ri-

Pontos de ônibus com mais informações

Quem usa ônibus em São Paulo poderá saber com mais facilidade qual a melhor linha que deve escolher, pois os pontos de ônibus terão informações como nomes, números e categoria das linhas; intervalos, frequência e integração de linhas e modais; origem e destino; e principais vias do itinerário.

Em janeiro, o prefeito Fernando Haddad (PT) sancionou a Lei 15.962/2014, aprovada um mês antes pela CMSP, que trata de informações sobre as linhas. “O Poder Público, na implantação de abrigos e pontos de parada que integram o Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na cidade de São Paulo, pautar-se-á pela máxima eficiência e clareza nas informações relativas a cada uma das linhas”, garante a lei. A Prefeitura tem até abril para regulamentá-la.

O projeto foi apresentado em 2010 pelo vereador Antonio Goulart (PSD), em coautoria com os colegas Mara Gabrielli (PSDB) (hoje deputada federal), Marta Costa (DEM) e Floriano Pesaro (PSDB).

“Na maioria das vezes, os usuários não têm conhecimento das linhas e perdem precioso tempo na tentativa de se informar”, declarou Goulart na justificativa do projeto. “Dependendo do local e do horário, a desinformação pode comprometer a segurança”, completou.



ACEITAÇÃO
Relatório foi aprovado pela maioria dos membros da Comissão

PARTICIPAÇÃO POPULAR Vereadores organizaram audiência pública para tratar dos transportes



gor as empresas e as cooperativas, revisar o Regulamento de Sanções e Multas e reestruturar o sistema de linhas de ônibus.

O relatório também chama a atenção para a necessidade de mudanças em contratações atualmente feitas sem licitação. É o caso das empresas responsáveis pela bilhetagem eletrônica e equipamentos de monitoramento instalados nos ônibus. Segundo Edir, essas contratações podem estar onerando a planilha de custos do transporte municipal. “Existem contratos vencidos há mais de dez anos, e é pre-


Principais recomendações da CPI à SPTrans

- Planilhas mais claras
- Fiscalização mais rigorosa
- Revisão do Regulamento de Sanções e Multas
- Reestruturação das linhas
- Melhor sistema de contratações
- Uso de um selo de qualidade para empresas de transporte
- Investimentos em infraestrutura

ciso estudo e uma fiscalização mais ativa”, informou a vereadora.

Edir Sales ressaltou que os membros da CPI acompanharão bem de perto as ações e resultados pedidos no relatório, mas deixou claro que nada disso deve ocorrer da noite para o dia. “As mudanças vêm a médio e longo prazo. Não é porque houve uma CPI na Câmara que vamos ter uma mudança radical”, disse ela. E prometeu: “Nós acompanharemos com mais afinco agora, o transporte público em São Paulo precisa melhorar muito. Tudo o que recomendamos é superimportante”.

O relatório de Edir Sales foi aprovado por seis vereadores. Só Eduardo Tuma votou contra e tentou apresentar um relatório alternativo, o que não foi permitido pelos outros integrantes da CPI. Tuma criticou as investigações. “Eu me oponho frontalmente às conclusões da relatora” afirmou. E justificou: “A CPI perdeu o escopo principal de investigação quando tentou investigar o governo estadual, e não o sistema de transporte da cidade de São Paulo”, afirmou, referindo-se ao fato de a CPI ter ouvido representantes do Metrô e de várias empresas fornecedoras para o sistema de trilhos.

Fiorilo defendeu os trabalhos da Comissão, garantindo que cumpriu o seu papel. “O debate que a CPI tinha de fazer era sobre o custo do sistema, tanto de trens quanto de metrô e de ônibus, e apresentar alternativas para o Município”, declarou o presidente. 

SAIBA MAIS

Documento

Relatório da CPI do Transporte, disponível em www.camara.sp.gov.br.

Onde o povo está

Artistas de rua lutam por leis que garantam seu espaço na cidade

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

O gesto de passar o chapéu para recolher o troco, que em troca da arte garante o pão, é uma das principais tradições no dia a dia dos artistas que usam as ruas como palco do seu ofício. A outra tradição é a de ser perseguido por quem manda nas ruas, sejam policiais, guardas, fiscais, seguranças – e até outros artistas, que se declaram donos de determinados pontos.

Difícil encontrar um artista de rua sem uma história de repressão para contar. O músico Adão Fernandes, 57 anos, repentista há 29, perdeu a conta de quantas vezes foi preso. “Em 1985, quando eu cantava na Sé, fui preso três vezes no mesmo dia. Acusavam a gente de vadiagem”, conta Adão, que leva sua arte a sério: “Na véspera de a minha mãe falecer, deixei ela em casa e fui para uma cantoria. Você esquece tudo

para levar uma mensagem e transmitir um pouco de amor para alguém”.

Mas nem sempre existe amor em SP, como já cantou um outro artista, e a repressão à arte de rua continuou, apenas trocando de motivações. Em outubro de 2010, quando teve início uma nova onda de perseguições, os artistas já não eram acusados de vadiagem, mas de fazer “exploração comercial do solo” sem permissão. A ação repressiva vinha da Operação Delegada, um convênio feito entre a Polícia Militar (PM) e a Prefeitura de São Paulo.

Em 10 de outubro daquele ano, na Avenida Paulista, uma apresentação do músico Rafael Pio, hoje com 34 anos, foi interrompida pela chegada de PMs que apreenderam a guitarra e o amplificador usados por ele. Revoltado, o músico quebrou o vidro de uma perua usada para recolher os



REI • Marcio Henrique teme ser obrigado a deixar a Paulista

materiais apreendidos. Acabou preso. Para os artistas, foi a gota d'água.

“A prisão de Rafael gerou comoção no meio artístico”, lembra o ator Celso Reeks, 37 anos, da companhia Nau de Ícaros. Ele se tornou um dos principais articuladores de um movimento que passou a lutar pela valorização da arte de rua. Após muita conversa entre o Poder Público e os artistas, o então prefeito Gilberto Kassab assinou, em julho de 2011, o Decreto 52.504,



MANIFESTAÇÃO Diante da Prefeitura, artistas protestam contra decreto, em 25 de março

que liberava a apresentação artística em espaços públicos, sem necessidade de licença ou autorização, desde que não atrapalhasse a circulação de carros ou pedestres.

NA RUA POR OPÇÃO

Avaliando que um decreto não era o bastante, os artistas procuraram os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) em busca de uma lei. Como já havia ocorrido com o documento assinado por Kassab, a nova legislação foi elaborada a partir de um diálogo permanente entre os legisladores e a categoria. “Participamos de todo o processo”, conta Reeks. O resultado foi o Projeto



SALVO?

Emerson Pinzindin voltou a tocar na Paulista após aprovação da lei

de Lei 489, de 2011, assinado por vereadores de diferentes tendências políticas: Alfredinho (PT), Floriano Pesaró (PSDB), José Police Neto (PSD), Netinho de Paula (PCdoB) e Orlando Silva (PCdoB), além dos ex-parlamentares Jamil Murad (PCdoB) e Ítalo Cardoso (PT).

“Cria-se, através da arte nas ruas e parques, relações mais fraternas, afetivas, emotivas e solidárias entre os cidadãos”, afirmava o texto do projeto, que se tornou a Lei 15.776, promulgada no ano passado. “A lei manteve as conquistas trazidas pelo decreto e foi além”, afirma Reeks. A principal novidade foi liberar a venda de produtos, “desde que sejam de autoria do artista”.

Nas ruas, o decreto e a lei significaram uma trégua na relação entre artistas e autoridades. Na época, o músico Emerson Pinzindin (nome artístico de Emerson Pinto), 49 anos, que toca flauta transversal e saxofone na região da Paulista, estava impedido de tocar em frente ao Conjunto Nacional por conta de uma ordem judicial obtida pela administração do condomínio. “Depois que o decreto foi aprovado, voltei a tocar no mesmo lugar”, diz.

Emerson trabalhava como professor de música antes de decidir largar tudo, há 25 anos, para tocar chorinhos e clássicos nas calçadas. “A rua me trouxe a possibilidade de criar, renovar meu repertório e tocar

para vários setores da sociedade”, conta. Desde então, é dessa forma que tira o seu sustento. “Quando o governo restringe a atuação dos artistas de rua, está cortando postos de trabalho”, afirma.

“PERUANOS E BOLIVIANOS”

Por outro lado, a liberação para a arte de rua também gerou disputas. “Depois da lei, formaram-se pequenas máfias que controlam os pontos até com violência”, afirma o guitarrista Rafael Pio. Sentindo-se “muito triste e sem disposição para tocar” por causa das disputas com os colegas, o guitarrista que se tornou símbolo da repressão contra os artistas deixou de lado a Paulista para se apresentar em lugares menos movimentados. “Tenho vontade de voltar a me apresentar na Avenida Paulista, mas ainda não tenho forças”, contou à **Apertes**, no início de março.

Quem não gostou da legislação foram os comerciantes da Rua 25 de Março. “Desde o ano passado estamos tendo uma invasão desses artistas de rua em nossos logradouros. Temos estátuas vivas (com estruturas imensas), dezenas de cantores (poluição sonora insuportável) e dezenas de peruanos e bolivianos ‘fazendo artesanato’ (ocupando todas as calçadas)”, afirma Claudia Hurias, assessora administrativa da União dos Lojistas da 25 de Março e Adjacências (Univinco).

Uma das peruanas que irritaram os lojistas é Tania Mujica, 31 anos. Quando veio para São Paulo, há dez anos, a artista pretendia trabalhar com spray em azulejo, mas desistiu depois que fiscais da Prefeitura apreenderam seus instrumentos de trabalho. Percebendo que as estátuas vivas sofriam menos repressão, decidiu tornar-se uma – e isso mudou sua vida. A experiência de permanecer parada em meio ao movimento da Rua 25 de Março levou Tania a fazer palestras e vídeos sobre o silêncio e a meditação como ferramentas de autoconhecimento. “A estátua viva tem que ser um canal de paz e luz. Se a gente não estiver bem por dentro, não atrai as pessoas”, ensina.

Tania só não pôde ficar parada em 17 de março, quando, segundo ela, policiais, fiscais e seguranças de lojas a impediram de trabalhar na rua e ameaçaram apreender seu figurino e maquiagem. “Uma representante dos lojistas disse que em 24 horas iriam aprovar uma regulamentação que ia me tirar dali”, conta.

“VOU COMPRAR UMA TRENA”

Não foram 24 horas, mas três dias. Em 20 de março, a Prefeitura assinou o Decreto 54.948, que regulamentou a Lei 15.776 e pegou os artistas de surpresa ao criar uma



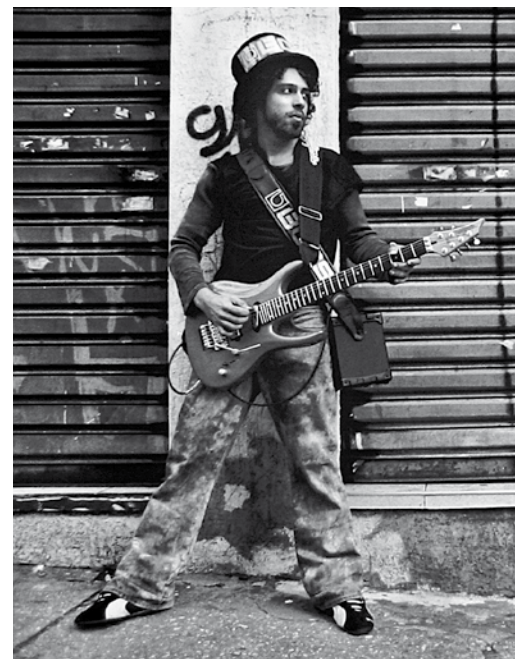
NA RUA • Tania Mujica se prepara para atuar como estátua viva

Fotos: Mozart Gomes/CMSP

série de novas restrições. Pela norma, os artistas são obrigados a se cadastrar nas Subprefeituras para trabalhar. Além disso, não podem atuar a menos de 5 metros de pontos de ônibus, orelhões e saídas de metrô, nem a menos de 20 metros de escolas e feiras de artesanato ou a uma distância inferior a 50 metros de hospitais e guias rebaixadas, entre outras proibições.

O decreto do Executivo atendeu às reivindicações dos comerciantes da 25 de Março, conforme explica a assessora da Univinco. “Solicita-

RAFAEL PIO
Cansado dos conflitos, músico afastou-se da Paulista (foto de 2005)



mos à Secretaria de Governo, através do senhor Chico Macena [secretário], uma solução, e ficamos muito satisfeitos pela regulamentação”, afirma Claudia Hurias.

Para os artistas, as restrições podem ser usadas para expulsá-los das principais vias. “Por esse decreto, eu não vou mais poder me apresentar na Paulista, porque em todo lugar tem orelhão, metrô, ponto de ônibus”, afirma Marcio Henrique de Aguiar, 41 anos, o Elvis da Paulista. Um dos momentos mais memoráveis de suas apresentações ocorre quando, vestido como o Rei na fase Las Vegas, invade com o microfone na mão ônibus parados no ponto e pede para os passageiros cantarem com ele. Marcio adora as ruas pela liberdade de fazer arte do jeito que quiser. “Trabalho na rua porque gosto. Eu não seria feliz sendo Luan Santana.”

Os artistas de rua passaram a organizar ações para pressionar pela revogação do Decreto 54.948 e pela retomada do diálogo entre a Prefeitura e a categoria. “Não precisamos e nem desejamos um Estado paternalista que se considera no direito de decidir quem, quando, onde e como se apresenta no espaço urbano de sua cidade”, afirma Celso Reeks. Em reunião com os artistas, a Secretaria Municipal da Cultura confirmou que o decreto foi elaborado para atender ao pe-

didado dos lojistas, mas afirmou que a pasta é contra o cadastramento prévio de artistas e que iria trabalhar para rever a restrição.

No primeiro protesto contra as novas regras, realizado em frente à sede da Prefeitura, no dia 25 de março (uma coincidência, segundo os organizadores), os artistas levaram trenas para zombar das regras exigidas pelo Decreto. “Eu vou comprar uma trena / A cinco metros do metrô / Não pode falar poema”, cantaram. Rafael Pio estava lá, guitarra nas mãos, e já nem queria falar sobre brigas por pontos: “Agora é hora de união entre os artistas”.

O repentista Adão Fernandes, que participou do protesto, lembrou como a luta de sua categoria é antiga contando que um dos mestres da sua arte, o cearense Patativa do Assaré, acabou preso em 1943 e, na cadeia, ao ver um passarinho patativa numa gaiola, criou os versos: “Patativa descontente / Nesta gaiola, cativa / Embora bem diferente / Eu também sou Patativa. (...) Meu sofrer e teu penar / Clamam à Divina Lei. / Tu, presa para cantar / E eu preso porque cantei”.

SAIBA MAIS

Site

Artistas na Rua
www.artistasnarua.com.br



Próximos da legalidade


Lei suprime distância mínima entre edificações e bombas de combustível para facilitar a regularização de postos

Sândor Vasconcelos | sandor@camara.sp.gov.br

Desde 2004, alguns donos de postos de combustíveis da cidade de São Paulo conviviam com um empecilho para que seus estabelecimentos fossem regularizados. A Lei 13.944, aprovada naquele ano, estabelecia uma distância mínima de 20 metros entre as bombas de combustível e edificações como lojas de conveniência, por exemplo.

Para resolver o problema, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) aprovou no ano passado projeto de lei dos vereadores Ricardo Nunes (PMDB), Dalton Silvano (PV), Orlando Silva (PCdoB) e Jamil Murad (PCdoB), originando a Lei 15.959/2014, que excluiu a exigência da distância mínima.

Mesmo com o fim do requisito, os postos continuam obrigados a respeitar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e possuir o alvará de licença de tanques e bombas. Também é obrigatória a aprovação do laudo do Corpo de Bombeiros.

Além de possibilitar a regularização de vários estabelecimentos, a lei aumentou a lista de atividades autorizadas a funcionar em uso misto com os postos de combustível, como padarias, restaurantes e pet shops. 

Podem funcionar com os postos:

- Loja de conveniência
- Lotérica
- Farmácia
- Floricultura
- Banca de jornal e revista
- Livraria
- Papelaria
- Café
- Lanchonete
- Supermercado
- Hipermercado
- Locadora de vídeo
- Quitanda*
- Padaria*
- Frutaria*
- Restaurante*
- Doceria*
- Pastelaria*
- Pet shop*
- Banco*
- Lavanderia*
- Autocenter*
- Sala de venda*
- Showroom*
- Chaveiro*
- Borracharia*
- Salão de beleza e estética*

* Atividades acrescentadas pela Lei 15.959/2014

Acompanhe a programação voltada às questões da cidade de São Paulo:

- Sessões Plenárias ao vivo
- Debates entre os vereadores
- Entrevistas com as principais lideranças da capital
- Votações dos projetos de lei que transformam a cidade
- Dicas, informações e guias sobre São Paulo

Confira isso e muito mais em:

Canal 61.4 (aberto digital - 24h)

Canais a cabo 7 (digital) e 13 (analógico) NET, das 13h às 20h

Transmissão on-line pelo portal www.tvcamara.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



Ouvidoria

Câmara Municipal de São Paulo

Um canal direto da Câmara com o cidadão

Faça suas sugestões, críticas ou reclamações sobre assuntos relacionados à cidade de São Paulo:

TELEFONE



0800-3-CAMARA
(0800-3-226272)
Horário: das 8h às 19h

PESSOALMENTE



Na sala da Ouvidoria, na
Câmara Municipal de São Paulo,
Viaduto Jacareí, 100, térreo
Horário: das 9h às 18h

CARTA



Escreva para a
Ouvidoria do Parlamento:
Viaduto Jacareí, 100, Bela Vista
São Paulo-SP – CEP 01319-900

E-MAIL



ouvidoria@camara.sp.gov.br

PORTAL



www.camara.sp.gov.br
No link da Ouvidoria

FACEBOOK



[/OuvidoriaParlamento](https://www.facebook.com/OuvidoriaParlamento)



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**